

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Chicão da Silveira - PDT
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Remídio Monai - PR

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Flamarion Portela - PTC

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Jean Frank - PMN

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP
2º - Deputada Aurelina Medeiros - PSDB

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Chicão da Silveira - PDT

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Marcelo Natanael - PRB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Dhiego Coelho - PSL

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Sargento Damosiel - PRP
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Remídio Monai - PR

SUMÁRIO

Atos Administrativos

Resoluções de Afastamentos nº 394 a 398/2011 2

Atos Legislativos

Projeto de Lei nº 038/2011 2

Projeto de Resolução Legislativa nº 011/2011 3

Indicações nº 052 e 053/2011 3

Ata da 2024ª Sessão Ordinária 4

Ata de Reunião da Comissão de Defesa do Consumidor 6

Ata de Audiência Pública - Defesa do Consumidor 6

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERALPraça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
Gerente de Documentação GeralVICTOR TAVARES PIRO
Diagramação

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO
E SUPRIMENTOS DE FUNDOS****RESOLUÇÃO Nº 394/2011**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE**AUTORIZAR** o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **JALSER RENIER PADILHA**, para a cidade de Brasília-DF, no período de 15.06 a 19.06.2011, **sendo que a saída ocorrerá a partir das 14:30 do dia 15.06.2011**, aonde o mesmo participará de visita a Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados, com ônus para este Poder, no tocante a 04 (quatro) diárias.

Palácio Antônio Martins, 15 de junho de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**Presidente****Deputado JALSER RENIER PADILHA****1º Secretário****Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI****2º Secretário****RESOLUÇÃO Nº 395/2011**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE**AUTORIZAR** o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **FRANCISCO DOS SANTOS SAMPAIO**, para a cidade de Porto Velho-RO, no período de 15.06 a 20.06.2011, **sendo que a saída ocorrerá a partir das 14:30 do dia 15.06.2011**, aonde o mesmo participará de reuniões com o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia para tratar de assuntos pertinentesao modelo da legislação militar, na qualidade de representante de Roraima, com ônus para este Poder, no tocante a 05 (cinco) diárias.
Palácio Antônio Martins, 15 de junho de 2011**Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO****Presidente****Deputado JALSER RENIER PADILHA****1º Secretário****Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI****2º Secretário****RESOLUÇÃO Nº 396/2011**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE**AUTORIZAR** o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **CÉLIO RODRIGUES WANDERLEY**, para a cidade de Brasília-DF, no período de 15.06 a 18.06.2011, aonde o mesmo participará de visita a Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 15 de junho de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**Presidente****Deputado JALSER RENIER PADILHA****1º Secretário****Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI****2º Secretário****RESOLUÇÃO Nº 397/2011**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE**AUTORIZAR** o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA**, para a cidade de Brasília-DF, no período de 15.06 a 18.06.2011, aonde o mesmo participará de visita a Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 15 de junho de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**Presidente****Deputado JALSER RENIER PADILHA****1º Secretário****Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI****2º Secretário****RESOLUÇÃO Nº 398/2011**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE**AUTORIZAR** o deslocamento da servidora **THAÍS CONCEIÇÃO SILVA, AP-13**, para a cidade de Brasília-DF, no período de 27.06 a 30.06.2011, aonde a mesma, na qualidade de membro do Fórum Roraimense de Economia Solidária, participará do evento nacional "Metodologia para Assistência Técnica aos Empreendimentos Econômicos e Solidários", com ônus para este Poder, somente no tocante às passagens aéreas.

Palácio Antônio Martins, 15 de junho de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**Presidente****Deputado JALSER RENIER PADILHA****1º Secretário****Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI****2º Secretário****ATOS LEGISLATIVOS****PROJETODE LEI****GABINETE DO DEPUTADO JOAQUIM RUIZ****PROJETO DE LEI Nº 038/11.****Dispõe sobre a concessão de aluguel social às famílias em**

extrema vulnerabilidade e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Todas as famílias classificadas em situação de extrema vulnerabilidade, nos termos desta Lei, e que residam em áreas de risco receberão um “aluguel social”, até que o Governo do Estado lhes providencie moradia digna e financeiramente acessível, dentro de programa habitacional popular projetado ou em desenvolvimento.

Art. 2º Corresponderão à extrema vulnerabilidade todas as famílias enquadradas no Grupo de extrema pobreza.

Art. 3º O valor do “aluguel social” a que se refere o art. 1º importará no valor de um salário mínimo por mês.

Art. 4º Tão logo as famílias deixem as áreas de risco, as moradias que ocupavam deverão ser demolidas, e os materiais de construção resultantes dessa providência, retirados do local.

Art. 5º As famílias residentes em locais proibidos ou áreas de invasão não poderão receber o auxílio.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria do Poder Executivo.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Sala das Sessões, 14 de junho de 2011.

JOAQUIM RUIZ

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

Existem em nosso Estado diversas moradias em áreas de risco, e a grande maioria foi construída por falta de opção e também porque não era proibido.

É dever do Estado abrigar seus cidadãos em moradia digna, as quais possam ser adquiridas através de financiamentos próprios, que ofereçam o conforto mínimo necessário.

No Estado que se considera saudável é necessário um rigoroso controle para a não construção de moradias regulares ou irregulares em áreas de risco. É necessária a eliminação dessas moradias já existentes.

No caso das já existentes, não se admite a sua demolição sem que as famílias já ali residentes sejam protegidas e encaminhadas a locais adequados. No entanto, nem sempre existem habitações populares disponíveis para abrigar famílias.

A nosso ver, a solução é cadastrar as famílias que estejam vivendo em área de risco para que recebam, com prioridade, as unidades habitacionais em conjuntos residenciais que forem sendo construídos e, enquanto isso, sejam contemplados com o aluguel social em dinheiro, de modo que deixem imediatamente a área de risco e paguem o aluguel pelo tempo necessário.

Por último, a aplicação dos dispositivos normativos da presente Lei, caso seja aprovada, necessita de imediato apoio dos nobres Pares para que o Governo do Estado possa incluir na proposta Orçamentária do exercício financeiro seguinte.

PROJETO DE RESOLUÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 011/11

Altera dispositivos normativos e acresce o art. 113-A e §§ no Regimento Interno e dá outras providências

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Os dispositivos a seguir elencados do Regimento Interno passam a vigorar com a seguinte redação.

Art. 40. (....)

X – Comissão de Trabalho, Indústria, Comércio e Turismo: (NR)
 a) Proposição Legislativa voltadas ao desenvolvimento, do Comércio da Indústria do Trabalho e emprego em nível Estadual. (NR)

Art. 2º Adite-se o art. 113-A com a seguinte redação:

Art. 113-A. Poderão ser criadas Frentes Parlamentares constituídas por diferentes representantes de partidos políticos, com assento no Parlamento Estadual em defesa de causas públicas que não sejam objeto de trabalho das Comissões Permanentes.

§1º As Frentes Parlamentares que terão no mínimo 3 e no máximo 7 representantes terão existência de uma Sessão Legislativa desfazendo-se do final desta.

§2º As Frentes Parlamentares apenas se manifestarão em defesa ou apoio de causas de interesse público em que o Parlamento deva se manifestar.

§3º O Parlamentar deverá fazer o devido registro de sua atuação quando representando a Frente Parlamentar para dar-lhe vida e o sentido de existir no processo de formação política em que está inserido

§4º O Parlamentar poderá participar das discussões dos temas em que a frente esteja promovendo, no entanto, não lhe é atribuído qualquer outra prerrogativa além daquelas referentes ao exercício do mandato.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de junho de 2011.

Dep. **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Dep. **REMÍDIO MONAI**

2º secretário

Dep. **NALDO DA LOTERIA**

4º secretário

INDICAÇÕES

Gabinete da 3ª Vice Presidência da ALE

INDICAÇÃO Nº 052/2.011

O Deputado que a esta subscreve, com amparo no Artigo 202, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado de Roraima, a seguinte indicação:

A EXPANSÃO DE REDE ELÉTRICA NA VICINAL 7, DO PROJETO DE ASSENTAMENTO PAREDÃO NOVO, MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE, NUMA EXTENSÃO, ATÉ O IGARAPÉ GRANDE, POIS AS OUTRAS VICINAIS NAS IMEDIAÇÕES JÁ FORAM BENEFICIADAS COM ESSE BEM PÚBLICO. ESSE ATENDIMENTO BENEFICIARÁ CERCA DE 25 FAMÍLIAS DE PRODUTORES RURAIS DO PA PAREDÃO NOVO.

JUSTIFICATIVA

NO PROJETO DE ASSENTAMENTO PAREDÃO NOVO, no Município de **Alto Alegre**, grande parte das vicinais foram beneficiadas com o Programa do Governo Federal “Luz para Todos”, mas esse benefício não chegou à casa de todos os produtores rurais. Na **Vicinal 07**, por exemplo, cerca de 25 famílias não se beneficiaram desse **bem público**, que certamente, levaria **conforto, cultura, informação e bem estar** aos cidadãos moradores dos 7 quilômetros da estrada da vicinal em apreço, e que necessitam urgentemente desse serviço, para a conclusão da rede de energização desse pólo produtor do município de Alto Alegre.

Diante do exposto, associamo-nos aos anseios dos produtores rurais da comunidade do **PA PAREDÃO NOVO, Vicinal 07**, e formulamos o presente instrumento reivindicatório ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima, para estudar a viabilidade do atendimento, bem como, incluí-lo no seu plano de ação, uma vez que são 25 famílias brasileiras que clamam por esse benefício.

Sala das sessões, 31 de maio de 2011.

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA

Dep. Estadual e 3º Vice Pres. Da ALE/RR

GABINETE DO DEPUTADO JOAQUIM RUIZ

INDICAÇÃO Nº 053/11

O Deputado que a esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Trabalho e Bem-Estar Social da seguinte indicação:

- **CRIAÇÃO DO PROGRAMA ALUGUEL SOCIAL PARA ATENDER FAMÍLIAS EM ÁREA DE RISCO.**

JUSTIFICATIVA

Existem em nosso Estado diversas moradias em áreas de risco, e a grande maioria foi construída por falta de opção e também porque não era proibido.

É dever do Estado abrigar seus cidadãos em moradia digna, as quais possam ser adquiridas através de financiamentos próprios, que ofereçam o conforto mínimo necessário.

No Estado que se considera saudável é necessário um rigoroso controle para a não construção de moradias regulares ou irregulares em áreas de risco. É necessária a eliminação dessas moradias já existentes.

No caso das já existentes, não se admite a sua demolição sem que as famílias já ali residentes sejam protegidas e encaminhadas a locais adequados. No entanto, nem sempre existem habitações populares disponíveis para abrigar famílias.

A nosso ver, a solução é cadastrar as famílias que estejam vivendo em área de risco para que recebam, com prioridade, as unidades habitacionais em conjuntos residenciais que forem sendo construídos e, enquanto isso, sejam contemplados com o aluguel social em dinheiro, de modo que deixem imediatamente a área de risco e paguem o aluguel pelo tempo necessário.

Este é o objetivo da presente indicação.

Sala das Sessões, 14 de junho de 2011.

JOAQUIM RUIZ

Deputado Estadual

ATAS PLENÁRIO - SUCINTA

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia quatorze de junho de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima vigésima quarta Sessão Ordinária do quadragésimo primeiro Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, a Senhora Presidente em exercício, Deputada **Aurelina Medeiros**, declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado **Remídio Monai**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Em seguida, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado **Jalser Renier**, proceder à leitura do Expediente: **RECEBIDO DOS DEPUTADOS:** Ofício nº 013/2011, de 01/05/11, do Deputado Marcelo Natanael, justificando sua ausência à Sessão Ordinária do dia 31/05/11; Ofício/Gab/003/2011, de 31/05/11, do Deputado Damosiel Lacerda de Alencar, justificando sua ausência à Sessão Ordinária do dia 26/05/11; Ofício nº 038/2011/Gab/DCF, de 01/06/11, do Deputado Dhiego Coelho, solicitando o encaminhamento de Projeto de Lei, nos termos do art. 176 do Regimento Interno; Ofício nº 019/Gab, de 03/06/11, do Deputado Flamarion Portela, justificando sua ausência à Sessão Ordinária do dia 02/06/11; Indicação s/nº, de autoria do Deputado Francisco Assis da Silveira, ao Governador do Estado, solicitando a expansão da rede elétrica na Vicinal 7 do Projeto de Assentamento Paredão Novo, Município de Alto Alegre, numa extensão até o Igarapé Grande. **RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:** Mensagem Governamental nº 24, de 13/06/11, submetendo para apreciação Projeto de Lei que altera dispositivos da Lei nº 687, de 17/10/2008, que dispõe sobre a cartilha dos direitos do paciente. **RECEBIDO DO TRIBUNAL DE CONTAS:** Ofício nº 091/2011/PRESI/TCERR, de 01/06/11, solicitando a devolução dos Anteprojetos de Lei encaminhados por meio do Ofício nº 048/2011/PRESI/TCERR, de 18/03/11, para fins de reavaliação do texto jurídico; Ofício nº 088/2011/PRESI/TCERR, de 01/06/11, encaminhando o Relatório da Gestão Fiscal referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2011, para efeito de acompanhamento junto ao SIAFEM; Ofício Circular nº 008/2011-DIPLE/TCERR, de 06/06/11, informando sobre o cumprimento de Deliberação do TCERR; Ofício nº 100/2011/PRESI/TCERR, de 13/06/11, solicitando a devolução do Anteprojeto de Lei que versa sobre a “Estrutura Organizacional, o Quadro de Pessoal e o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Tribunal de Contas do Estado de Roraima e dá outras providências”, pela necessidade de revisão jurídica. **EXTERNO:** Ofício Circular nº 001/2011/DRCI/SNJ/MJ, de 19/05/11, da Secretaria Nacional de Justiça, informando sobre a Ação 10 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – ENCCLA; Ofício nº 1075/2011/SR Roraima, de 31/05/11, da Superintendência Regional de Roraima, informando sobre o Termo Aditivo de Prazo; SEPLAN/CGC/Ofício nº 452/2011, de 01/06/11, da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento, informando sobre a assinatura de Termos de Convênio; Carta nº 297, de 01/06/11, do SESC, solicitando a possibilidade de agendamento de visita orientada e participação em uma Sessão Plenária, entre os dias 14 e 16/06/11, para 68 alunos do Ensino Médio da Disciplina de Sociologia; EEPACSN/SECD/RR/ Ofício nº 42/2011, de 01/06/11, da Escola Estadual Prof. Antônio Carlos da Silva Natalino, solicitando permissão para a visita de duas turmas do 2º Ano do Ensino Médio, no dia 09/06/11; SESAU/Gab/Ofício nº 1243/11, de 02/06/11, da Secretaria de Estado da Saúde,

encaminhando dados referentes ao quantitativo de unidades e profissionais de saúde, para análise da possibilidade de criação de um novo município na região sul do Estado, Vila Nova Colina; Ofício nº 1394/11/SECD/GAB/RR, de 02/06/11, da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos, apresentando a servidora Raimunda Alves Pinheiro para desenvolver suas atividades no gabinete do Deputado Jalser Renier; Ofício nº 15/2011/FORUMEJA, de 02/06/11, do Fórum Permanente de Debates da Educação de Jovens e Adultos, solicitando uma reunião com a Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde dessa Casa, para tratar de assuntos referentes à Educação de Jovens e Adultos no Estado; SEPLAN/CGC/Ofício nº 469/2011, de 03/06/11, da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento, informando sobre a assinatura de Termos de Convênio; Ofício nº 003/2011 – DIRFIN/ANAPE, de 06/06/11, da Associação Nacional dos Procuradores do Estado, informando sobre a aprovação da proposta de um Procurador-Geral do Estado de carreira; SEPLAN/CGC/Ofício nº 475/2011, de 07/06/11, da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento, informando sobre a assinatura de Termos de Convênio; Ofício nº 144/11/SECD/GAB/RR, de 07/06/11, da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos, encaminhando a relação das Escolas localizadas nas Vilas Nova Colina, Equador e Jundiá; Ofício nº 096/2011/GP-UNALE, de 10/06/11, da UNALE, em resposta ao Ofício nº 0137 Gab. Pres/ALE – “SOS RORAIMA”. **GRANDE EXPEDIENTE:** O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio**, inicialmente, usou a Tribuna para informar aos Senhores Deputados a publicação no Diário Oficial da União dos nomes dos novos juízes que comporão o quorum do TRE, nomeados pela Presidente Dilma Rousseff, destacando esperar que, com essas nomeações, os julgamentos das ações possam ter continuidade. Prosseguindo, fez a leitura de um artigo publicado no blog Fato Real, de autoria do Procurador da República em Roraima Dr. **Ângelo Goulart Villela**, no qual afirma que, nesses poucos anos de Roraima, pôde ver e comprovar que as mazelas da corrupção e do descaso dos governantes que assola nosso povo são oriundas da perpetuação de uma oligarquia que insiste em tratar a coisa pública como privada, o Estado/instituições como um feudo, e que, infelizmente, não é de hoje, citando, por exemplo, o “escândalo dos gafanhotos”. De acordo com o Senhor Procurador, a corrupção começa na própria sociedade que, nos dias de hoje, apesar do acesso fácil à informação, deixa-se influenciar (quando não se vende literalmente) por promessas vazias ou fantasiosas de políticos que têm como bandeira única o interesse próprio. Ainda segundo o artigo, o Ministério Público Federal tem feito a sua parte, agindo categoricamente para combater essa prática, lembrando que, no âmbito das eleições de 2010, a Procuradoria Regional Eleitoral atuou com firmeza, tendo como resultado de uma repressão efetiva inédita realizada, em conjunto, pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal e pela Justiça Eleitoral, um grande volume de recursos apreendidos e inúmeras denúncias de compra de votos, destacando, ainda, as ações ajuizadas contra candidatos eleitos que violaram a legislação eleitoral. Prosseguindo, o Senhor Procurador enumera inúmeras outras ações realizadas pelos Procuradores da República em Roraima, como a operação Mácula, na área de saúde, resultante da união de vários órgãos/instituições de fiscalização e que está em fase de apuração; a investigação, na área da educação, do desvio de verbas federais e as fraudes nas licitações; e a investigação de irregularidades no projeto de eletrificação no interior do Estado. E o Doutor **Ângelo** conclui afirmando que continua acreditando nas instituições democráticas e que, se um dia acordar e sentir que nada do que faz esteja valendo a pena para mudar esse quadro, pedirá exoneração do cargo e vai ser professor, pois quer e precisa se sentir útil. Finalizando, o Senhor Deputado destacou que esse artigo é de extrema importância para o nosso Estado, pois demonstra que as instituições de controle estão trabalhando em prol de um Estado melhor e mais justo. O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** usou a tribuna para manifestar sua satisfação com o brilhante trabalho realizado pelos heróicos Bombeiros Militares e pela Defesa Civil do Estado de Roraima, frente ao “estado de calamidade” decretado em Roraima, ressaltando que, mesmo sem equipamentos adequados e sem salários dignos, esses profissionais têm realizado um belíssimo trabalho, motivado pelo honrado lema “vidas alheias, riqueza guardar”. Após, parabenizou o Senhor Deputado **Sargento Damosiel** pela efetiva participação junto ao Corpo de Bombeiros, nas operações em prol das vítimas das enchentes nos quatro cantos do Estado. Prosseguindo, repudiou a falta de habilidade política do Governador do Rio de Janeiro, **Sérgio Cabral**, quando da manifestação dos bombeiros militares daquele

Estado, tratando-os como verdadeiros bandidos, e aproveitou para criticar a postura de todos os Governos, inclusive o de Roraima, por não sentar e conversar com as classes trabalhadoras. Após, criticou o aumento de quatro e meio por cento dado pelo Executivo aos servidores do Estado, ao mesmo tempo em que manifestou sua indignação com a atitude do Senhor Governador, que, ao receber as categorias de classe, teria dito que na casa dele só recebia quem ele gostava e, se as pessoas que estavam ali não gostassem, poderiam se retirar. Finalizou repudiando, mais uma vez, a forma como o Governador **Anchieta** vem tratando todas as classes de trabalhadores do Estado. O Senhor Deputado **Flamarion Portela** iniciou citando um verso do poeta paraiubano **Eduardo Alves da Costa**: “Na primeira noite eles se aproximaram e roubaram uma flor do nosso jardim e não dissemos nada; na segunda noite, já não se escondem, pisam as flores, matam nosso cão e não dizemos nada; até que um dia, o mais frágil deles entra sozinho em nossa casa rouba-nos a luz e, conhecendo nosso medo, arranca-nos a voz da garganta e já não podemos dizer nada”. Continuando, citou uma frase proferida pelo político **Delfim Netto**: “Nós podemos até levar o burro à fonte, mas não podemos obrigar o burro a beber água”. Prosseguindo, informou sobre o processo licitatório, em convênio com o governo federal, para a construção do Centro Social Educativo para Adolescente em Boa Vista, no valor de seis milhões e meio de reais, tendo sido contemplada a empresa FACE ENGENHARIA LTDA, de propriedade dos Senhores **Ítalo Reges Pereira** e **Gleide Silva Riso**, chamando a atenção para o fato de que é atribuição da Secretária de Trabalho e Bem-Estar Social, que, coincidentemente, é esposa e filha dos proprietários da referida empresa, a homologação e assinatura do empenho. Após, informou que o Senhor **Ítalo** é também um dos proprietários da empresa Sistema Boa Vista de Comunicação Ltda e que, possivelmente, teria comprado cem por cento das cotas, tornando-se o único dono da referida empresa. Segundo o Senhor Parlamentar, o empresário foi contemplado também, através de convênio federal, com a obra de ampliação do Centro Estadual Profissional e com a obra do Programa Brasil Profissionalizado, através de convênio com o Ministério da Educação. Em seguida, questionando os princípios da moralidade e da legalidade, ressaltou que esse procedimento é frontalmente imoral, destacando que, enquanto o Estado vive um momento de crise, pais de família estão na miséria e a população clama por soluções, esses empresários não têm mais medo, não acreditam no poder de fiscalização e o governante parece ser um rei cercado de rainha, princesas e condessas. Finalizou questionando se o empresário citado paga IPTU e IPVA em Roraima ou aporta no Estado apenas enquanto lhe é conveniente. O Senhor Deputado **Erci de Moraes**, inicialmente, solidarizou-se com os familiares do Senhor Manoel Pacheco de Menezes Nunes, conhecido como Seu **Manolo**, que foi pioneiro da antiga Colônia Brás de Aguiar, tendo exercido a função de enfermeiro, sugerindo uma Moção de pesar pela sua morte. Após, abordou o momento atual do Estado, com uma enchente sem precedentes e que tem trazido muito sofrimento a milhares de famílias, destacando que o episódio tem servido para demonstrar o espírito de solidariedade do povo de Roraima, que vem dando o apoio imprescindível às pessoas afetadas pela situação de calamidade. Após, destacou o apoio do Governo Federal, enviando o Ministro da Integração, bem como, o apoio por parte dos Governantes e Legisladores em geral, que não estão medindo esforços para ajudar a sociedade necessitada. Finalizando, conclamou seus Pares e a classe política em geral para que aproveitem o momento difícil por que passa o Estado para tirar lições, ressaltando que, nesta hora, estendam-se as mãos e façam uma reflexão sobre o seu comportamento político, gerencial e administrativo, não colocando os interesses pessoais acima dos interesses coletivos. O Senhor Deputado **Brito Bezerra** fez uso da Tribuna para manifestar sua solidariedade ao povo roraimense vitimado pela crise que assola o Estado. Prosseguindo, falou da sua parceria com a Associação dos Distribuidores e Atacadistas, parabenizando a entidade, que conseguiu montar 1.500 cestas básicas para serem doadas a 127 famílias atingidas, de forma direta, pela crise. Continuando, expressou sua insatisfação com o descumprimento, por parte do Governo do Estado, do acordo firmado com a Associação dos Distribuidores, no qual o comércio não deixaria faltar gêneros alimentícios, nem permitiria o aumento do preço e, em contrapartida, o Governo disponibilizaria uma balsa para, nos trechos alagados, transportar caminhões com gêneros alimentícios perecíveis, o que, segundo o Senhor Deputado, não ocorreu, provocando um enorme prejuízo ao comércio, bem como, desconforto às famílias.

Prosseguindo, destacou que, apesar de haver uma lista de prioridade a ser respeitada nesse transporte, o Governo estaria priorizando o abastecimento de gasolina no Estado, deixando de lado as outras questões. Após, informou que o Governo Estadual permitiu a compra de dez mil cestas básicas no Estado do Amazonas, o que, segundo o Senhor Parlamentar, é um enorme desprestígio ao comércio local, que paga imposto e teria direito de ser priorizado. Dando continuidade, solicitou à Mesa Diretora da Casa, ao Ministério Público Estadual e Federal que solicitem do Executivo todas as planilhas enviadas pelo Ministério das Cidades e da Integração Social, para que sejam fiscalizados os recursos destinados ao Estado, bem como, sua aplicabilidade, uma vez que, na atual situação, há a dispensa de licitação. Finalizando, parabenizou a atuação do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil em meio à crise, ressaltando que recursos humanos capacitados para enfrentar situações emergenciais como a vigente existem, o que tem faltado são os recursos materiais e estrutura física, dificultando a atuação dos órgãos competentes. **ORDEM DO DIA**: Não houve. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**: O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** parabenizou a Mesa Diretora por permitir que projetos sejam discutidos nas Comissões afins, dando oportunidade às classes trabalhistas de manifestarem suas opiniões, valorizando as discussões. O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** iniciou parabenizando a campanha SOS Roraima, promovida por esta Casa, que envolveu todos os setores, inclusive os Deputados, visando arrecadar alimentos para serem doados às famílias vitimadas das enchentes. Após, deu conhecimento de que a UNALE solicitou à Mesa Diretora desta Casa a abertura de uma conta bancária específica para que outras Assembleias Legislativas possam colaborar com a campanha. O Senhor Deputado **Brito Bezerra** convidou os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final para uma reunião, após o término da Sessão. O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** informou ter protocolado nesta Casa uma alteração da Proposta de Emenda à Constituição, de autoria do Governador do Estado, que trata da carreira dos Procuradores do Estado, para que os Parlamentares possam discutir na Comissão Especial criada para analisar a matéria. Prosseguindo, ressaltou que o Grupo de Oposição não tem interesse em atrasar o andamento da votação do Projeto, como foi informado aos Procuradores do Estado, mas de aprimorar a proposta, através da apresentação de alguns pontos a serem discutidos com a Consultoria da Casa e com os Procuradores. O Senhor Deputado **Erci de Moraes** convidou a Comissão Especial Externa criada através da Resolução nº 025/11 para procederem à arguição do Senhor Hamilton Gondim, indicado para o cargo de Reitor da UERR, às 15h. O Senhor Deputado **Flamarion Portela** iniciou informando que, no dia 17 do corrente, a Procuradoria do Estado estará completando 07 anos de relevantes serviços prestados a Roraima e, na oportunidade, solicitou da Casa que, nessa data, após discussão, possa ser resolvida a demanda do órgão. Finalizando, manifestou sua satisfação em fazer parte do Parlamento Estadual, que, de forma unânime, tem se mobilizado no sentido de amenizar o sofrimento da população de todas as partes do Estado, externando seu anseio de que o Estado volte à normalidade, o mais breve possível. O Senhor Deputado **Marcelo Natanael** informou ter visitado os Municípios de Caracará, Iracema e algumas vicinais do Município de Mucajaí, onde pôde constatar os problemas provocados pelas chuvas no Estado. Prosseguindo, deu conhecimento de que chegou ao Estado mais uma balsa para ajudar no transporte de carros e caminhões na travessia do Rio Branco, onde a estrada se encontra alagada. Finalizou informando que o Navio Hospital da Marinha está fazendo atendimento nos abrigos dos casos mais graves. O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** convidou a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final para uma reunião, no dia 15 do corrente, após o término da Sessão. A Senhora presidente em exercício informou que, na próxima Sessão, será feita a prestação de contas da Campanha em prol dos desabrigados promovida pela Casa. E, não havendo mais nada a tratar, a Senhora Presidente em exercício declarou encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 15, à hora regimental. Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chico Guerra, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalsen Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio**.

Aprovada em: 15/06/11

ATAS COMISSÕES

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2011.

Aos vinte sete dias do mês de abril do ano de dois mil e onze, às onze horas e dez minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se a Comissão de Defesa do Consumidor, sob a Presidência do Senhor Deputado **Soldado Sampaio** (PC do B), com a presença dos Senhores Deputados Membros desta Comissão: **Coronel Chagas** (PRTB), **Jânio Xingú** (PSL), **Mecias de Jesus** (PR), **Rodrigo Jucá** (PMDB) e **Brito Bezerra** (PP). **ABERTURA:** Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Na sequência, solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A Requerimento do Senhor Deputado Rodrigo Jucá, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista o conhecimento de todos em relação ao teor substancial do documento. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Componentes da Comissão. **EXPEDIENTE:** O Senhor Presidente comunicou que o motivo da referida reunião é em virtude do recebimento, na Comissão, de um documento de seis entidades da sociedade civil, na qual se manifestou junto a esta Comissão, após um ato público ocorrido na capital de Boa Vista, solicitando providências desta Comissão no tocante ao aumento abusivo do combustível. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em discussão o requerimento apresentado a esta Comissão pelas entidades supramencionadas. O Senhor Deputado Rodrigo Jucá se manifestou, favorável à solicitação, pois ao visitar alguns empresários desse segmento empresarial do ramo do combustível, eles demonstraram que o aumento ocorreu na distribuidora. Portanto, é necessário esclarecer para o público o que anda acontecendo, de onde partiu o aumento, da PETROBRAS, da distribuidora, ou dos postos, considerando que o combustível é um dos itens de maior impacto no orçamento mensal doméstico. De acordo com o Senhor Deputado, além de muito caro, o combustível tem uma carga tributária extremamente elevada. Portanto, a questão exige uma discussão. Prosseguindo, afirmou que o Governo, nos últimos anos, incentivou muito o consumidor brasileiro a adquirir meios próprios de transportes individuais, no entanto, não oferece condição ao brasileiro de usufruir do bem adquirido devido ao alto custo do combustível. Ele considera importante, neste aspecto, oportunizar ao Sindicato se manifestarem. O Senhor Parlamentar é favorável em se fazer esse convite ao Sindicato, mas não de forma impositiva, visto que, nós não temos o poder de exigir a presença dessas pessoas certamente será de interesse deles fazer essa apresentação. Em seguida, o Senhor Deputado Coronel Chagas, ao cumprimentar os membros da Comissão, lembrou que esta é a sua primeira participação nesta Comissão. Continuando, afirmou que esta Comissão pode exercer um papel importante nessas relações entre comércio e consumidores. Após ressaltou que nós não temos um PROCON, temos um DECON que não tem o poder de praticar sanções aos comércios que não observam o código de defesa do consumidor e que nesse sentido a Assembléia, por meio da Comissão de Defesa do Consumidor pode estar mais atuante e ser um braço de apoio ao cidadão roraimense. Acerca do aumento dos combustíveis, O Senhor Parlamentar sugeriu convidar o representante dos varejistas de combustível do Estado de Roraima para vir até a Comissão, para uma audiência da Comissão aberta ao público, no intuito de averiguar o real motivo desse aumento da gasolina, pois de acordo com o Senhor Deputado, esse é um efeito cascata, se o sindicato conseguir ou não justificar o aumento acredito que a Comissão de Defesa do Consumidor tem os meios legais para acionar, cobrar e dar uma resposta à sociedade em relação a essa questão. Na sequência, o Senhor Deputado Soldado Sampaio, informou que após, receber o documento, realizará uma pesquisa de mercado para contratar se há, nos postos de combustíveis, um indício de formação de cartel, haja vista, que na grande maioria dos postos (80%) o valor na bomba é o mesmo, fazendo com que o consumidor não tenha alternativa. Em seguida, destacou que em visita ao Ministério Público, obteve a informação de que foi aberto inquérito, sobre estas questão que é algumas pessoas já foram ouvidas, após informação que recebeu alguns documentos de maneira oficial da PETROBRAS, nos quais ficou constatado e inclusive o Promotor Ademir se colocou à disposição da Comissão para vir aqui esclarecer, que realmente não houve aumento na PETROBRAS refinaria e que o aumento está sendo dado pela PETROBRAS distribuidora. Salientou,

ainda, que eles estão alegando a questão do Brasil fazer parte do pacto de Kyoto, que prevê o acréscimo de 25% de etanol no combustível, prosseguido, ressaltou, que estamos na entressafra da cana de açúcar, e que o Amazonas não tem essa fonte de cana para fazer a mistura de etanol e está importando de outras regiões. Acreditando que esse seria um dos motivos do aumento do combustível verificado pelo Ministério Público. Após propor encaminhar convite ao Ministério Público, aos representantes dos postos de combustíveis, por meio do seu sindicato, a sociedade civil que solicitou providência dessa Comissão, para uma audiência pública dentro da Comissão de Defesa do Consumidor. Dessa forma, colocou em votação o encaminhamento de convocarmos uma audiência pública dentro desta Comissão, para tratarmos do assunto discutido e convidarmos as partes envolvidas. Submetida à votação a Ata foi aprovada. Quanto à data ficou a definir. Outra questão que colocada em votação, foi à substituição do Deputado Jalsner Renier pelo Deputado Coronel Chagas. Como o Deputado Jalsner Renier exercia a função de vice-presidente, coloca-se em discussão a sua substituição da vice-presidência pelo Deputado Coronel Chagas. Colocada em discussão, não houve quem quisesse discutir - lá, foi aprovada. **ENCERRAMENTO:** Às onze horas e quarenta minutos, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião. E, para constar, eu, Solange Macedo Soares, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Soldado Sampaio

Presidente da Comissão

Aprovada em: 14/06/11

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 2011 (AUDIÊNCIA PÚBLICA).

Aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, às quinze horas e quarenta e cinco minutos, no Plenário Valério Caldas de Magalhães, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico 202, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Defesa do Consumidor, sob a Presidência do Senhor Deputado Soldado Sampaio, com a presença dos Senhores Deputados, Membros Titulares, Coronel Chagas e Rodrigo Jucá. Foi registrado a presença do Senhor Deputado Flamarion Portela.

ABERTURA DA REUNIÃO

Senhor Deputado Coronel Chagas, segundo Vice-Presidente da Assembléia Legislativa - Quero cumprimentar o Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Deputado Soldado Sampaio. Cumprimentar também o Deputado Rodrigo Jucá, Membro da Comissão de Defesa do Consumidor e Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final desta Casa. Cumprimentar o Promotor de Justiça, Ademir Teles de Menezes, e os Empresários do ramo de venda de combustíveis, os Presidentes de Associação de Bairro da capital, e a todos os Servidores desta Casa. Convido para fazer parte da Mesa dos Trabalhos: Doutor Ademir Teles de Menezes, Promotor de Defesa do Consumidor e Cidadania do Ministério Público Estadual. Convido também o Senhor Abel Salvador Mesquita Júnior, Presidente do Sindicato de Varejistas de Combustíveis do Estado de Roraima. Convidamos o Senhor Jurandir Pereira de Lucena, Presidente do Sindicato dos Táxis Lotação e Convencional do Estado de Roraima, e o Senhor Elson Gomes de Souza, Presidente da Associação do Bairro São Bento, representando os Presidentes de Associações de moradores de Bairro, nosso Bairro Brigadeiro. Convidamos os Senhores e Senhoras que estão no Plenário para que tomem assento. Sob a proteção de Deus, e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Audiência Pública, solicitada pelos Presidentes das Associações de Moradores dos Bairros Centenário, São Bento, Caibé e Senador Hélio Campos, por meio de documento entregue na Tribuna Popular desta Casa, no dia 12/04/2011, para o Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Deputado Soldado Sampaio, solicitando explicação sobre o reajuste do preço da gasolina. Apenas para esclarecimento, em março de 1991, entrou em vigor a Lei nº 8.078, que diz respeito ao Código de Defesa do Consumidor, que apresenta normas referentes a relações de consumo. Essa lei veio com toda força para proteger o consumidor, ou seja, as pessoas que adquirem, utilizam produtos ou contratam algum serviço. Antes da edição do Código de Proteção de Defesa do Consumidor, não existia lei específica para tratar desse assunto, e, com o advento dessa lei, as Assembleias Legislativas e outras instituições também começaram a criar dentro dessas instituições órgãos específicos para essa área. É o caso do Ministério Público que tem uma promotoria específica para tratar desse

assunto, bem como as Assembleias Legislativas, a Câmara dos Deputados, enfim, todos esses órgãos têm uma Comissão Permanente para estar atenta, fiscalizando essas relações de consumo que existe, e, muitas vezes, o consumidor leva a pior nessa relação. Sendo assim, nós estamos hoje reunidos, como Membros desta Comissão, exatamente para tratar do assunto que tem preocupado tanto o consumidor roraimense, que foi o aumento dos combustíveis verificados em duas ocasiões nos últimos trinta, quarenta dias. Portanto, foi com esse objetivo que a Presidência da Casa, através dos Deputados que aprovaram em Sessão Plenária a realização desta Audiência na Comissão de Defesa do Consumidor. Neste momento, eu passo a direção dos trabalhos ao Deputado Soldado Sampaio, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, para que dê continuidade na agenda estabelecida para esta Reunião.

O Senhor Presidente, Deputado Soldado Sampaio – Senhores e Senhoras, boa-tarde. Cumprimento Excelentíssimo Senhor Deputado Coronel Chagas, neste momento, Vice-Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e Segundo Vice-Presidente desta Casa. Quero cumprimentar o Deputado Rodrigo Jucá, Membro desta Comissão, o Promotor Ademir Teles, da Procuradoria de Defesa do Consumidor do Ministério Público Estadual; o Senhor Jurandir, do Sindicato dos Taxistas do Estado de Roraima; o Senhor Abel Galinha, Presidente do Sindicato dos Postos de Combustíveis do Estado de Roraima; o seu Elson, Presidente da Associação dos Moradores do Brigadeiro. Queria também, neste momento, convidar o Senhor Faradilson Mesquita, Presidente da Federação das Associações de Moradores do Estado de Roraima, para fazer parte da Mesa. Quero também cumprimentar os Senhores, demais representantes e donos de postos de combustíveis da Cidade de Boa Vista. Os representantes das Associações de Moradores do ao nosso Estado, Senhores da Imprensa, boa-tarde. O objetivo desta Audiência Pública, provocada por um requerimento dado nesta Casa no dia 12 de abril, na qual várias Associações de Moradores buscaram junto a esta Comissão uma explicação para o aumento do combustível, tido, por parte dos moradores, como aumentos abusivos. Com isso, por meio de reunião da Comissão, deliberamos em conjunto, pela maioria dos Membros da Comissão, promover uma Audiência Pública envolvendo todas as partes para discutir realmente a fundo, o porquê do aumento desse combustível. Com esse intuito, tivemos a preocupação de convidar todas as partes, para, em uma oportunidade ímpar, discutir e esclarecer de uma vez por todas se esse aumento de combustível é algo abusivo, ou está dentro do amparo legal, se os postos de combustíveis estão apenas repassando esse aumento ao consumidor. Esse é o nosso objetivo, isto é, de sair daqui com algum encaminhamento junto ao Ministério Público, enquanto política pública, para que a gente tente baixar esse preço de combustível, ou que a gente tente propor algo nesse sentido, haja vista que temos o combustível mais caro do Brasil, hoje, encarecendo mais ainda o custo em Roraima, como a gente tanto fala. Dando início, eu vou fazer a leitura do Requerimento, e logo em seguida vamos franquear a palavra aos convidados e abrir a discussão. Temos: Associação de Moradores do Bairro São Bento, excelentíssimo Senhor Soldado Sampaio, Senhor Deputado, Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Deputado Soldado Sampaio, gostaríamos de solicitar de Vossa Excelência, através desta Comissão, que solicite informações e esclarecimentos do Senhor representante Abel Mesquita, Presidente do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de Roraima – SINDPOSTO, sobre o reajuste do preço do combustível feito pelas distribuidoras no Estado. Em matéria publicada no jornal Folha de Boa Vista, no dia 09 e 10 do corrente mês (anexa matéria), a Empresa PETROBRAS afirma que não reajustou preço gasolina, e há 23 meses o preço da gasolina em suas refinarias vem sendo mantido no mesmo valor. Baseado-nos no nosso país, onde a PETROBRAS é a produtora de nosso combustível, acreditamos que não exista a marginalização de Roraima quanto aos preços que a PETROBRAS pratica em todo país. Sabedores de vosso compromisso com o Estado de Roraima, e como representante do povo de nosso Estado, solicitamos resposta com urgência. Então, diante desse Requerimento, após um ato público, nós deliberamos, juntamente com os demais Membros da Comissão, promover esta Audiência. É com esse intuito que eu quero franquear a palavra ao Senhor Abel Galinha, Presidente do SINDPOSTO, para que ele tenha a oportunidade de nos esclarecer de fato, mediante este Requerimento que eu vou lhe entregar em mãos, para servir de referência para sua linha de raciocínio, com um prazo de dez minutos. Eu peço ao Senhor Abel Galinha e aos demais Senhores, usar o microfone, haja vista que esta Audiência está sendo gravada para ser juntada aos anexos de nossa Casa. Eu franqueio a palavra ao Senhor Abel Galinha.

O Senhor **Abel Mesquita**, Presidente do SINDPOSTO – Senhoras e Senhores, quero cumprimentamos os componentes da Mesa, e estaremos à disposição da Sociedade e demais autoridades competentes para esclarecer qualquer dúvida a respeito do nosso comércio. O que, na verdade, aconteceu foi que a PETROBRAS nos surpreendeu com o aumento de 8% na gasolina sem aviso prévio nenhum, onde o Ministério Público, logo depois da publicação na Folha de Boa Vista, nos convocou. E eu fui ao Ministério Público, levei todas as documentações necessárias para todos os esclarecimentos possíveis para que o Ministério Público possa fazer um estudo e verificar a veracidade do aumento, pois foi divulgado pela Petróleo Brasileira – PETROBRAS, que não haveria aumento de combustível, que, na verdade, não houve na refinaria, mas houve nas Distribuidoras que é quem faz o adição do álcool com anidro na gasolina. Com base nisso, eu pude confeccionar um banner e colocar os percentuais e os demais impostos que são cobrados em cada litro de gasolina. Então, o que que aconteceu? A PETROBRAS, que é a maior distribuidora que nós temos em nosso Estado, e que tem base em Caracará, onde 90% do consumo do Estado é comprado na PETROBRAS. Ela vem nos surpreendendo no decorrer de um ano e meio, quase que mensalmente sobe o preço do combustível: 1%, 0,5%, ½ %. Eu tive a oportunidade de levar essa planilha de preço para o Ministério Público Estadual. E quando foi neste último momento, que a população realmente se manifestou, tem o nosso apoio em tentar forçar uma situação que realmente o Governo Federal vem nos obrigando a fazer. Nos surpreendeu o aumento de 8% na gasolina, onde nós proprietários de postos de gasolina não podemos absorver o preço. Nós vínhamos trabalhando com uma margem bruta de 17 e 18%, imprimos a nossa margem de 11%, eu levei todas as documentações ao Ministério Público. Então, ficou praticamente impraticável absorver esse aumento por conta desse aumento que a PETROBRAS nos repassou, alegando o aumento do preço do álcool anidro, que é colocado na gasolina. Infelizmente, a gente está aqui para esclarecer para a população que esses aumentos que são concedidos só nos prejudicam por conta do problema que nos temos do descaminho do combustível da Venezuela. Cada aumento que tem, a população se mobiliza, vai até a fronteira abastecer os seus veículos. Isso nós deixa cada dia mais prejudicados porque nós estamos perdendo nossas galonagens. Então, nós estamos aqui para esclarecer à população e provar com documentos como encaminhamos para o Ministério Público, e aos demais Deputados e ao Presidente desta Comissão, se quiser nos requisitar os Documentos, a gente está aqui pronto para fornecer toda a Documentação necessária. Agora, eu quero frisar bem, tanto à imprensa, quanto à população, que visualizem bem este banner que eu trouxe, onde eu coloquei em centavos cada setor do nosso Estado e País, cada centavos, é cobrado por imposto, onde nós temos aí a voraz cobrança do ICMS estadual de 25%, que chega a ser quase 80 centavos, e os demais impostos, onde nós temos uma margem bruta no nosso preço final de revenda de 11%, enquanto temos que pagar água, luz, telefone, taxas ambientais, que, a cada mês que passa eles estão inventando, e nós estamos pagando taxas ambientais municipal, estadual e federal, cartões de crédito que é o maior sócio que nós temos na revenda, de 3 a 5%, nossa folha de pagamento, a inadimplência com as nossas vendas, fiado ou no cheques pré-datados, manutenção de equipamentos, as taxas do IPEM, que é mais uma taxa, quer queira ou não, é estadual, e outras despesas que a gente tem, e que vem se proliferando no decorrer do tempo em que estamos trabalhando. Então, estamos aqui à disposição da população, das autoridades competentes para qualquer esclarecimento, e para quem quiser tirar qualquer dúvida a respeito do nosso negócio que é a venda de combustível no Estado de Roraima.

O Senhor Presidente, Deputado Soldado Sampaio – Queria aproveitar e registrar a presença do Excelentíssimo Senhor Deputado Jean Padilha, seja bem-vindo a esta Audiência. É uma preocupação de Vossa Excelência, também, aquilo que aflige o nosso povo. Ouvimos aí o Presidente do Sindicato dos Combustíveis, que elencou vários motivos sobre o aumento do combustível. Gostaria de passar a palavra ao Senhor Faradilson, Presidente da Federação das Associações de Moradores do Estado de Roraima, que, neste ato, está representando todas as Associações de moradores. Logo, em seguida, abriremos espaço às perguntas, discussões e debates. Eu passo a palavra ao Senhor Faradilson, por dez minutos.

O Senhor **Faradilson Reis Mesquita**, Presidente da Federação das Associações de Moradores do Estado de Roraima – Senhor Presidente, Deputado Soldado Sampaio, Deputado Coronel Chagas, Deputado Rodrigo Jucá, Senhor Representante do Ministério

Público, Senhor Abel Mesquita, coincidentemente somos parentes, também sou Mesquita. Quero cumprimentar o Elson, Jailson, Patrício, Pererinha, em nome do Movimento Comunitário, minhas senhoras, e meus senhores, em primeiro lugar é importante nos colocarmos aqui o papel da Federação das Associações de Moradores e de suas filiadas. Na verdade, nesse período houve um amadurecimento muito grande do Movimento Comunitário dentro dessas discussões, em que a Sociedade Civil Organizada avança no debate sobre os papéis dessas instituições relacionadas às questões que envolvem o consumo, que envolvem a questão das despesas das famílias, que afetam os moradores dos bairros. E, neste caso, também não foi diferente. A Sociedade roraimense foi tomada de surpresa com o aumento dado pela PETROBRAS, e a imprensa anunciou. Em seguida foi anunciado outro aumento, muito próximo entre um e o outro, e nós começamos a nós questionar, qual a motivação? Será que esse aumento foi dado de forma voluntária com os proprietários de postos? Eu acho que mesmo com a matéria publicada na Folha de Boa Vista, por sinal, muito esclarecedora, mas pairava uma dúvida na sociedade. Qual o critério que se deu para aumentar o combustível? Quais são as instituições que possam controlar esse aumento? Esse aumento foi de forma abusiva? Houve um crime contra a economia? Eu acho que esses questionamentos são muito legítimos pela população do Estado de Roraima, quanto ao tema aqui debatido. E as Associações de Moradores, eu entendo que tomaram o caminho mais acertado, procuraram um Deputado desta Casa, que a gente identifica, Vossa Excelência, para que a Assembleia Legislativa pudesse liderar, através de uma Audiência Pública, onde os fatores desse processo poderiam esclarecer à Sociedade quanto à questão do aumento. E, a nosso ver, dentro dessa questão, eu já tinha conversado com os donos de postos, eles tem uma argumentação, considero, muito legítima. Entendo, Deputado Rodrigo, que a PETROBRAS é uma Empresa Nacional, mas ela não é uma empresa nacionalista, pois a PETROBRAS consegue vender para a Bolívia que tem o Petróleo muito mais barato do que o próprio brasileiro. É uma Empresa que não subsidia a riqueza, trata-se de uma riqueza do solo que é do povo brasileiro, mas ela não subsidia. E de acordo com a planilha colocada aqui pela Associação, a gente vê, até brincando um colega, disse que o Governo termina sendo um sócio muito cruel, 25% do imposto em cima do empresário, que ainda tem que pagar todos os outros encargos. Então, eu entendo que são essas perguntas devem ser respondidas à sociedade. Acho que o Presidente já colocou que foi um aumento feito pela PETROBRAS, e aí eu formulei algumas perguntas a serem feitas neste debate. O aumento do preço foi local ou nacional? Se foi um aumento apenas local, houve um crime pelos donos dos postos. Segundo, qual é a instituição que controla a questão do preço? Então, a ela, de direito, deve a Assembleia Legislativa, o próprio Ministério Público reportar quanto a essa questão. E a nossa posição, como Federação das Associações, não é no sentido de vir e fazer um enfrentamento com os empresários, porque o segmento emprega, e emprega os moradores dos bairros. **Agora, eu acho que poderia até deixar uma sugestão para o próprio Governo do Estado, se pudesse subsidiar para baratear.** A única alternativa, e como pouco conhecimento que eu tenho, seria o governo subsidiar, só que agora a gente não tem qualidade na prestação de serviço na saúde e na educação por falta de arrecadação do Estado. Então eu acho que, na verdade, esse debate vai se dar em duas perguntas. Primeira, se os postos de gasolina aumentaram por conta própria ou se esse aumento foi feito de forma nacional. Se foi nacional, foi uma imposição da economia que os empresários tiveram que se submeter. E enfim, quero agradecer, em nome dos Presidentes das Associações, ao Deputado Soldado Sampaio e aos demais presentes.

O Senhor Presidente, Deputado Soldado Sampaio – Obrigado pela contribuição, Faradilson. Neste momento vou franquear a palavra ao Senhor Jurandir Lucena, Presidente do Sindicado dos Táxis-Lotações, haja vista que o aumento do combustível reflete diretamente no custo da passagem, e aí temos em nossa Capital aonde o transporte coletivo se dá, em sua grande maioria, pelo sistema de táxi, tanto convencional, como táxi lotação. Por dez minutos a palavra, ao seu Jurandir.

O Senhor **Jurandir Pereira de Lucena**, Presidente da Associação dos Taxistas Convencionais e do Sindicado dos Táxis Lotação – Boa tarde a todos os companheiros, Empresários, Presidentes de Bairros, Representantes. Eu gostaria apenas de relatar algumas palavras, por que o nosso Presidente do SINDPOSTO da falou. O que o Sindicado tem hoje a oferecer aos companheiros de táxi e vam é o combustível, na qual a gente tem um compromisso e um contrato com

eles, de dez centavos mais barato. Então isso já é uma ajuda. Mas eu gostaria de dizer a todos os companheiros, empresários e autoridades que fazem parte dessa Mesa, que todos os empresários, torcia e gostaria de ver o preço da gasolina chegar a dois reais por que a nossa margem de lucro sempre foi a mesma, continua bem menor do que quando a gasolina custava menos de dois reais. Hoje a nossa margem de lucro é muito pequena por que, se a gasolina custasse em média dois reais o livro, a população em si iria dobrar o preço do consumo, e a gente continuava com essa margem de lucro. Então eu acredito que nenhum empresário leva vantagem em vender hoje o litro da gasolina do jeito que está. Seria bem melhor se custasse até dois reais, por que o consumidor hoje está deixando o seu carro em casa, já estão comprando moto pra sair. Então nós estamos perdendo uma venda. Então eu acredito que o empresário não tem interesse nenhum que aumente a gasolina, e quando nós aumentamos essa gasolina não foi por interesse de empresário. Eu tenho aqui, inclusive, três notas fiscais. Apesar de eu não compro da BR, eu tenho um contrato com a Equador, e a primeira nota aqui custava, dia 01/04/2011, esse valor custava dois reais, 2, 5964. Em seguida nós tivemos um aumento, que foi quando a população se manifestou, se repassarem esse aumento a distribuidora, nós temos de repassar ao consumidor. Quando foi no dia 30/04/2011, nós passamos a ter um aumento de 2, 7974. Então foi um aumento que a turma se assustou, e a população. Então foram dois aumentos em seguido em um mês. Claro que se todas as empresas não repassar esse aumento, elas vão fechar, por que não tem condições. A nossa despesa é muito grande, temos empregados que trabalham seis horas por turno, como o meu horário que é seis horas, e nós temos um quadro de vinte e poucos funcionários. Então o salário mínimo fez, também, por onde baixar o nosso lucro. Eu lamento hoje pelo usuário que depende do transporte, que está comprando a gasolina nesse preço, a gente reconhece que é muito caro, mas eu gostaria que eles também reconhecessem. Esse é o motivo pelo qual nós fomos procurados pela Procuradoria Geral da Defesa. E hoje nós estamos aqui para esclarecer, neste momento, o porquê o combustível aumentou. Nenhum de nós empresários gostaria de está com esse preço, por que para nós não lucrativo. Apenas é uma perda, pois o volume hoje é muito pequeno na venda. Inclusive, nós temos quase certeza que os táxis lotação e os táxis convencionais entram para mais de seis mil litros de gasolina, e óleo diesel uma média de dez mil litros da Venezuela todos os dias. Nós temos 411 (quatrocentos e onze) lotação, 50% utilizam gasolina da Venezuela, fora os caminhões que aparecem, as vans que compram tudo da Venezuela. Eu acredito que todos nós enquanto empresários estamos perdendo uma fatia para a Venezuela, e gostaria que os Deputados e as autoridades que tomassem as providências cabíveis, devido a esse combustível “descarreado” da Venezuela pra cá. Obrigado.

O Senhor Presidente, Deputado Soldado Sampaio – Obrigado seu Jurandir pelo esclarecimento. Passo neste momento a palavra ao Senhor Elson, Presidente da Associação do Bairro São Bento (Brigadeiro), por dez minutos. Com Vossa Senhoria.

O Senhor **Elson Gomes de Souza**, Presidente da Associação do Bairro São Bento – Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar a Mesa em nome do Deputado Sampaio em atender essa solicitação dos moradores das entidades organizadas de Roraima. Primeiramente eu queria fazer algumas colocações em relação ao que o Presidente do SINDPOSTO colocou. Em relação ao valor dos impostos, queria só fazer uma pergunta ao Senhor Presidente (SINDPOSTO). Esse valor de 25% esse semestre, é por litro de gasolina?

O Senhor **Abel Mesquita**, Presidente do SINDPOSTO – Para deixar bem claro, para o conhecimento de vocês, só o ICMS é 25% e incidem no preço da gasolina quase 80 centavos.

O Senhor **Elson Gomes de Souza**, Presidente da Associação do Bairro São Bento – Então gente, eu quero colocar aqui, primeiro, nós sabemos que o setor produtivo de Roraima pra mim não existe. Arroz, são poucos que são comprados aqui Roraima. Aqui nós temos óleo, feijão, farinha. Em que que atinge a população quando se aumenta o preço do combustível? Primeiro, a questão, quando se aumenta o combustível, faz subir o gás. Agora a questão dos transportes, o ônibus já quer aumentar a passagem, lotação já quer aumentar a passagem. E enquanto isso o cidadão que está lá no conjunto cidadão da vida, que ganha um salário, vai ver quanto é que isso não dar no final do mês. É um absurdo, um absurdo que o Governo do Estado cobre esse valor abusivo de imposto. Gostaria de colocar a esta Comissão, através até do representante do Ministério Público, que olhasse com carinho essa situação, pois não podemos ficar sendo prisioneiros dessa situação do Governo. **Peço aos nobres Deputados que encaminhem uma**

proposta ao Governo do Estado que baixe, por que quem é atingindo diretamente é o pobre, é o pequeno lá da periferia. Por que nós, como Presidente de Associação, somos cobrados em relação a isso, nós somos cobrados. Nós que atuamos diretamente com a população, a gente sabe disso, a gente sabe. Então se houve esse aumento, por que não foi divulgado em rede nacional, e eu fiquei surpreso com a forma como o Senhor (Presidente do SINDPOSTO) colocou aqui, que teve aumento e não foi divulgado em rede nacional. Então, a população é quem realmente paga o preço. Nós sabemos que se houver outro aumento como eu assisti ontem no Jornal Nacional, que querem aumentar de novo o combustível, quem é que vai pagar? Somos nós, é a população. Não é só a periferia não, são vocês também. Sai do nosso bolso. Então eu quero me referir ao Senhor (Presidente do SINDPOSTO), ao representante do Ministério Público, que olhe com carinho meu irmão, por que nós não podemos pagar um absurdo. E aí o que acontece? Você ver, vai pra Pacaraima, filas e filas de brasileiros lá querendo pegar um combustível mais barato, que é um absurdo acontecer isso. Colocando a sua vida em risco a vida dos outros em risco. Isso é inadmissível gente. O Estado de Roraima hoje é um dos menores da federação, e nós pagamos absurdos impostos. Infelizmente esses Deputados que estão aí há muito tempo no mandato federal, há muito tempo que está acontecendo isso. Poxa! Será que ninguém viu isso antes? Mas a periferia é quem sofre, é a periferia. **Então eu quero me referir aqui ao representante do Ministério Público, a esta representação do Direito do Consumidor, que analise com carinho, e leve isso como proposta ao Governo do Estado, por que nós não vamos agüentar.** O que pode haver nesse Estado, e eu clamo a isso, é que a população se mobilize, por que nós não vamos aceitar uma situação dessa, engolir mais um aumento de preço, por que quem paga somos nós, a população. Obrigado.

O Senhor Presidente, Deputado Soldado Sampaio – Obrigado seu Elson pela contribuição. Nesse momento eu passo a palavra ao representante do Ministério Público, o Promotor Ademir Teles, para fazer uso da palavra, se posicionar e esclarecer, como anda esse processo. Já temos conhecimento de que dentro do Ministério Público já foi instaurado um procedimento para averiguar a fundo esse real aumento do preço do combustível e que isso representa. Eu passo a palavra a Vossa Excelência.

O Senhor **Ademir Teles**, Promotor de Justiça – Obrigado pelo convite. Quero cumprimentar a Mesa em seu nome, Presidente, os Empresários aqui presentes, os representantes dos moradores, das Associações, e dizer para os senhores também de nossa preocupação em relação à questão específica do combustível. Antes disso faço uma observação a esta Casa, que em tão pouco tempo vem realizando duas audiências de suma importância para a população; uma da segurança pública, apesar de ainda ocorrer, haverá sempre crimes, não tem sociedade sem crime. Mas, eu que fui um crítico ardoroso naquela audiência, após tenho andado pela cidade e, pelo menos tenho visto mais viaturas rodando pela cidade. Durante o feriadão geralmente, com tantos problemas no âmbito criminal, observou-se, que ficamos mais tranqüilo, apesar de saber que tem muitos problemas na segurança pública, nota-se que foi um chamado aqui do povo. De novo o povo chama todos nós a responsabilidade para discutir um outro tema de suma importância que é a questão dos preços dos combustíveis. Então, parabéns, Senhores Deputados, espero que continuem assim. Espero que esta Casa sempre seja o eco da população, do povo, já que esta é a finalidade maior de qualquer parlamento. Bom, em relação ao combustível, apresento uma breve retrospectiva jurídica da questão sobre preço, especificamente, sobre preço de combustíveis. No Brasil do passado houve controle de preços de combustível pelo Governo Federal, chamado tabelamento de preços. Todos nós sabemos que nós tivemos momentos difíceis de uma hiperinflação no país, e foi necessário o Governo intervir não só nos preços de combustíveis, como também nos preços de alimentos de outros produtos essenciais à sobrevivência. Mas, a partir de 1997, com uma situação aparentemente controlada no campo, da questão inflacionária, o Governo fez publicar a lei nº 9478, que estabelecia um prazo para não mais controlar os preços do combustível. O que o Governo fez em 97? Através dessa lei o Governo criou a liberdade de preços e estabeleceu que o próprio mercado, a própria concorrência deveria fixar preços. Todos nós sabemos que onde há concorrência há preços melhores para os consumidores, há prestação melhor de serviço também. Então essa lei foi publicada em 97, mas, logo em seguida, a publicação dessa lei, houve uma crise mundial. Acabou que essa lei só entrou em vigor, como nós chamamos no direito, só passou a ser aplicada efetivamente

a partir de 1º de janeiro de 2002. Houve a lei 9990, que então estendeu a vacância da lei até que ela entrasse em vigor lá no dia 1º de janeiro de 2002. Então, o que nós temos juridicamente é o seguinte: desde 1º de janeiro de 2002, os preços dos combustíveis praticados pelos postos é livre. O Governo não tem poder para controlar esse preço lá na bomba. A ANP que é a Agência Nacional de Petróleo não tem poderes para controlar os preços na bomba. As Distribuidoras não têm poder para controlar os preços na bomba. Por quê? Porque a ideia dessa lei foi exatamente fazer com que o mercado naturalmente concorrencial estabelecesse um preço ideal, tanto para os empresários como também para os consumidores. Então, o Faradilson, já respondendo a sua segunda pergunta, começando pela segunda, ninguém controla preço de combustível no Brasil, a não ser uma única pessoa, o consumidor. A única força que nós temos hoje para fazer o preço de combustível baixar ou não baixar, é a mobilização social. Vejam vocês que eu instaurai esse procedimento na promotoria de justiça não foi com a finalidade de verificar o aumento do preço, não. Foi com a finalidade de verificar a ocorrência ou não da formação de cartel, que é diferente, a vertente jurídica é diferente. Eu não tenho como obrigar posto a vender produto a preço A, B, C ou D. Mas eu posso, eu posso investigar se são normais todos os preços aqui do centro da capital, com exceção de apenas um posto, vende a gasolina a R\$ 3,07, que é um preço idêntico. Os demais postos vende a gasolina com preço semelhante: R\$ 3,06 ou 3,08. Isso eu posso fazer. E o que nós estamos fazendo é investigando a possibilidade de existência de cartel, que é o primeiro elemento pra gente verificar se tem cartel, ou não, é o preço idêntico ou o preço semelhante. Então isso nós obrigou, enquanto agente público, a instaurar o procedimento. E eu já digo aqui para a população, nós já ouvimos diversos empresários, donos de postos de gasolina. O primeiro procedimento a oitiva foi a do Senhor Abel, que levou, nos forneceu uma série de documentos em relação ao preço. Não era esse o foco, mas levou, digamos graciosamente, levou para nós, entregou a documentação, nos ajudou, inclusive, a esclarecer esses aumentos. Então, o que nós temos hoje? Controle jurídico zero que o Governo deixou ao mercado. Nós temos a ANP que seria, ou deveria ser uma agência controladora de mercado, que sequer estabeleceu um estoque regulador do álcool. O grande problema dessas variações de preços que nós tivemos foi a questão do álcool que é adicionado à gasolina. 25% (não é isso Abel?) da gasolina que nós compramos no posto hoje é álcool, não é gasolina. Ou seja, nós não colocamos 100% de gasolina no nosso carro, na nossa moto. 25% é álcool. **O que que aconteceu? Aconteceu que o Governo Federal, através da ANP, tem ou teria que ter feito uma regulação do álcool. Um estoque regulador para poder com esse estoque regulador controlar preços, que é o que os grandes países (o Deputado Rodrigo e eu comentávamos aqui) fazem. O Governo compra grande estoque de produtos essenciais e o mantém guardado, quando aquele preço começa a aumentar ele joga aquele estoque no mercado, o preço naturalmente cai. Nós não temos, Senhoras e Senhores (vergonhosamente) nós não temos isso no Brasil, então o que aconteceu?** O mercado mundial passou a consumir mais açúcar no ano passado, muito mais açúcar. A Índia passou a ser importador, era exportador de açúcar, parou de vender pra fora e ainda passou a comprar açúcar. A China teve um aumento substancial na questão do consumo do açúcar. Houve países em que teve uma quebra na safra na cana-de-açúcar, e que o empresário brasileiro fez? O nosso abençoado usineiro, que desde o início da colonização deste país sempre esteve usurpando o Brasil, o que os usineiros fizeram? Pararam de produzir petróleo, e foram vender o açúcar que é mais caro. Lógico, é evidente. Aparentemente é uma lei natural do mercado. Se eu posso vender açúcar a um preço muito melhor do que o álcool, por que eu vou produzir álcool? Eu vou produzir açúcar. Quando ele fez isso, o que aconteceu no mercado interno? Faltou álcool. Faltou álcool e o preço do álcool subiu. Aí, é o que eu já disse para algumas pessoas: o Governo Federal, através do Ministério da Fazenda, e através da PETROBRAS, aquela PETROBRAS refinadora, que extrai o petróleo, não informou à sociedade brasileira de forma correta. Ao mesmo tempo em que eles não mentiram, mas eles também não foram corretos conosco – o povo. Por quê? Porque eles foram para a televisão dizer assim: desde abril de 2009 a gasolina não tem aumento. É verdade. Qual é essa gasolina? É a gasolina que a PETROBRAS mineradora ou extratora vende para fora. Imaginemos que a PETROBRAS vendia a R\$ 1,00 em abril de 2009, continua vendendo a R\$ 1,00 até hoje. Só que a PETROBRAS Distribuidora precisa fazer o acréscimo do álcool. E aí ela sentiu no bolso a falta de se ter

uma regulamentação do estoque alcooleiro. Não temos, ou seja, repassou isso para os donos de postos, que evidentemente repassaram para nós consumidores. Então, esta é a grande verdade que enfrentamos no preço da gasolina. Eu não quero ser, aliás, não é, nem faz parte de nós, do Ministério Público, sermos injustos com quem quer que seja. Nós estamos ouvindo os donos de postos, já ouvi diversos. E nós vamos concluir o nosso trabalho, espero, dentro do prazo da lei, que é de 90 dias, e vamos dar uma resposta para a população. Mas, eu quero aqui, não estou fazendo defesa, estou trazendo a realidade. Eu quero aqui, para a população tomar conhecimento, ler algumas informações, que acho essenciais, até por que a mídia nos coloca, às vezes, de forma equivocada, às vezes, por falta de informação ou sabe-se lá por qual razão. Fato é que, qualquer pessoa pode acessar o site da MP, é www.mp.gov.br. A MP faz uma coleta semanal de preços de combustíveis. Então eu peguei a coleta do dia 24 de abril ao dia 30 de abril, da semana passada. Eu vou dizer para os senhores, o preço médio praticado por Estados da região norte. Acre: preço médio, R\$ 3,159; O Amapá, R\$ 2,979; O Amazonas, R\$ 2,886; O Pará, R\$ 2,815; Rondônia, R\$ 2,993; Roraima, R\$ 3,058; e Tocantins, que está em uma posição geográfica totalmente diferenciada da nossa, R\$ 3,127, o litro de gasolina, o preço médio lá. Mas eu fiz um pouquinho mais, eu fui buscar o nordeste. No nordeste tem Alagoas com R\$ 2,93, o preço médio; Bahia, R\$ 2,87; Ceará, R\$ 2,88; Maranhão, R\$ 2,82; Paraíba, R\$ 2,596; Pernambuco, R\$ 2,774; Piauí, R\$ 2,78; Rio Grande do Norte, R\$ 2,882; e Sergipe, R\$ 2,848. São preços médios praticados lá na última semana de abril. Além disso, eu puxei Centro-Oeste, e chama atenção o Estado de Goiás. O preço médio do Estado de Goiás é R\$ 3,172 da gasolina. Chama atenção, também, ao Mato Grosso, onde há usinas de álcool, mas é de R\$ 3,00 o preço médio; em o Mato Grosso do Sul, R\$ 2,89. Aqui, na nossa região, eu peguei o Acre, município de Cruzeiro do Sul, o preço da gasolina é de R\$ 3,50; Rio Branco, R\$ 3,13, quase R\$3,14 (3,137); Sena Madureira, R\$ 3,20; Senador Guiomar, R\$ 2,99; Tarauacá, R\$ 3,39; e Xapurí, R\$ 3,16. São os principais municípios do Estado do Acre. Peguei o Amapá, que também é da nossa região. Cauçuê, R\$ 3,09; Laranjal do Jarí, R\$ 2,94, Macapá, R\$ 2,98; Oiapoque, R\$ 3,04; Porto Grande, R\$ 2,98; Santana R\$ 2,91. Peguei o Amazonas, que está aqui próximo. Humaitá, R\$ 3,02; Itacoatiara, R\$ 3,14; Manacapuru, R\$ 2,71; Manaus, R\$ 2,88; Parintins, R\$ 2,87; Presidente Figueiredo, R\$ 2,94; E Tefé, R\$ 3,18. Tocantins, Araguaína, R\$ 3,09; Dianópolis, R\$ 3,35; Gurupi, R\$ 3,148; Palmas, R\$ 3,145; Paraíso do Tocantins, R\$ 3,06; Porto Nacional, R\$ 3,32. E por fim, Roraima, todos nós sabemos o preço. Pra que estou falando isso para os senhores? Parece-me que o problema do preço, não estou falando aqui de preço igual, estou falando do preço do combustível, que merece uma discussão muito mais aprofundada. Vejam, os senhores, a cada dez milhões de litros de combustível que este Estado consome em média por mês, dois milhões e meio de litros ficam para o Governo, na forma de ICMS. Dois milhões e meio de litro de combustível. Eu não estou nem falando aqui dos 25% que incidem sobre o frete, que já é outra que também tem ICMS sobre o frete, como se não bastasse ter sobre o produto, tem sobre o frete. E o que o Governo Federal poderia ter feito para evitar que esse preço repercutisse dessa forma no Brasil inteiro? As Promotorias de Defesa do Consumidor, colegas, do Brasil inteiro. Eu dei um start, Rio Grande do Norte, na semana seguinte, Distrito Federal na outra semana, em seguida Rio de Janeiro, São Paulo, o grito não é aqui não, é geral. É total. Conversávamos, outro dia, Abel e eu, poderíamos ter feito com o Governo Federal **Primeiro, O Governo Federal poderia ter diminuído o percentual do álcool, de 25% para 18 ou 16%. Eu ouvi dizer, não sei se é verdade, que o Brasil assinou o Protocolo de Kyoto, se obrigando a adicionar um percentual mínimo de álcool no combustível ou de combustível não fóssil. Bom, e aí, nós temos então 15? Então que baixasse de 25 para 15, para que a repercussão da alta do álcool não fosse tão violenta no bolso do consumidor. O Governo Federal nada fez. Segundo, ontem saiu a reportagem, eu não assisti ao Jornal da Manhã de hoje, apenas li Folha de São Paulo Online, o Governo está prevendo um aumento agora nessa gasolina que ele vende para a Distribuidora que ainda vai adicionar o álcool e vender para o dono de posto. Está prevendo um aumento no preço do combustível tipo C por conta do Mercado Internacional. Aí, o próprio Governo vende, então, por exemplo, se tiver o aumento, nós podemos não impactar o preço lá no final através da CID. A CID é uma contribuição, é um tributo que o Governo pode utilizar para**

fazer esse controle do mercado. E por que o Governo já não fez isso, neste momento em que o Brasil inteiro deu a grita? Ou seja, seriam soluções do próprio Governo Federal. Não se fez nada. Desde o ano passado o Governo Federal simplesmente aceitou essa situação, se calou e nada fez. Hoje a repercussão está no bolso de todos nós. E o pior, essa repercussão faz uma replicação no mercado: aumenta combustível, aumenta frete, aumenta tudo, mas o Governo Federal, pelo menos, nada fez. Bom, e qual seria outra solução no campo do Governo Estadual? Eu fiquei sabendo, também não vou cometer injustiça, eu até estou oficiando para o Secretário de Fazenda, e até me ressentir da ausência do Secretário Estadual de Fazenda, que poderia estar aqui para nos dizer sobre essa questão tributária (e parece que ele não foi convidado). Por quê? Porque, salvo engano, Senhoras e Senhores, e esse “salvo engano” é porque eu ouvi dizer, não estou falando que é uma verdade. Mas, salvo engano, a gasolina aqui era tributada em 17%, e o Amazonas tributava em 25%, antigamente. O que aconteceu? Os donos de postos do Amazonas faturavam a compra da gasolina para Roraima, paga 17%, mas vendia gasolina lá dentro. Ou seja, eles praticavam crime tributário, uma sonegação tributária. Ao invés de se punir esses criminosos lá, o Estado de Roraima no CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária) se curvou e estabeleceu o mesmo percentual de ICMS que o Estado do Amazonas. Ou seja, ao invés de punir o empresário criminoso lá, sonegador, o que ele fez? Jogou nos nossos ombros a diferença de 8% de ICMS, para que não houvesse a fraude. Isso através do CONFAZ. E eu vou repetir, são informações extraoficiais, mas isso não é de hoje, isso já é do passado. Faz algum tempo que isso teria ocorrido. Então, vejam vocês: o Governo do Amazonas, ao invés de combater, empurrou para o Governo de Roraima, e o Governo de Roraima se curvou e aceitou a imposição dos 25%, que nós sentimos hoje no bolso. Repito: eu perguntei ao Senhor Abel Galinha lá na nossa entrevista, quantos milhões de litros de combustível nós vendemos, em média, aqui no Estado de Roraima por mês. Ele me respondeu, entre dez e doze milhões. Então é fácil a conta. De dois milhões e meio a três milhões de litros de combustível fica para o Governo do Estado na forma de ICMS, todo mês, onerando a todos nós, onerando o táxi lotação que vai repassar, ou não? Ou vai quebrar? Vai repassar não é. Então, nós temos problemas que me deixa feliz. Esses problemas me trazem uma certa felicidade para que nós possamos discutir isso com profundidade. Eu fiquei muito feliz quando vi na entrevista, o Deputado Rodrigo diz que nós precisamos discutir questão de ICMS no frete, precisamos discutir tudo isso. Será que nós suportamos esta carga tributária hoje? Será que nós vamos dar conta? Esse é o aspecto estadual. E no aspecto federal, nós do Ministério Público temos trocado informações sobre essa, digamos assim, se não omissão, leniência do Governo Federal em nada fazer ao longo do ano de 2010, prevendo, inclusive, a falta do produto na questão da cana-de-açúcar, na questão do usineiro. Mas, nós estamos lá à disposição da sociedade, dos empresários. Eu estou ouvindo e vou ouvir todos os grandes empresários aqui do Estado, aqui da capital. É o nosso trabalho. Todos estão sendo notificados. Todos compareceram, todos prestaram informações. E repito, eu não tenho o poder jurídico para investigar aumento, é livre. É o que eu disse outro dia lá para o Senhor Abel, se vocês se reunirem e colocar R\$ 3,50 o preço, nós estamos lascados, porque vocês podem colocar o preço que vocês quiserem na bomba de vocês, é livre. Se fizer isso aí, o que eu vou fazer? Eu, Promotor, posso fazer o quê? Nada. Eu só posso tentar investigar a questão do suposto ou do aparente cartel de preços, ok? Mas estamos à disposição. Temos informações que, acho, podem ser levantadas para essa discussão, e deve ser ampla mesmo, viu? E nos colocamos lá no Ministério Público, na Promotoria de Defesa do Consumidor e da Cidadania, à disposição de todos. Muito obrigado.

O Senhor Presidente, Deputado Soldado Sampaio – Obrigado, Senhor Promotor. Muito esclarecedora a sua exposição, tem propriedade. No decorrer da discussão já identificamos outra situação: a possibilidade de formação de cartel. Conforme fala, no seu ato de dizer, o preço praticado no mercado é livre, precisamos diante disso questionar esse tabelamento, essa prática de preço comum a todos os postos, inclusive, já solicitei à minha equipe fazer uma

sondagem nos postos da capital, pra gente acompanhar se existe mesmo essa prática de preço, quebrando, assim, a livre concorrência do mercado. É uma situação preocupante, o Sindicato dos Postos vai ter a oportunidade, durante as colocações das demais pessoas, até nós responder. E será uma pergunta minha que eu deixo para um segundo momento ao Presidente do SINDPOSTO. Passo neste momento, a palavra aos Senhores Deputados, Rodrigo Jucá, e logo em seguida ao Coronel Chagas e o Jean Frank. E, em prosseguimento, abriremos espaço para as pessoas presentes, que perguntarão pelo microfone ou por escrito, distribuiremos papel para as perguntas. Então, a palavra está com o Deputado Rodrigo Jucá.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá, Membro da Comissão – Boa-tarde, a todos e a todas aqui presentes. Saúdo todos os componentes da Mesa, em nome do Deputado Sampaio, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, também todos os empresários que estão conosco, a todos os Representantes das Associações de Bairro, a todos os Representantes da Sociedade, das comunidades, e dos consumidores, serei breve. A conclusão que eu chego neste momento é que a única pessoa que não reclama desse preço é o Governo, porém o consumidor reclama, o empresário reclama, mas não tem ninguém do Governo do Estado e do Governo Federal reclamando do preço que hoje se paga pelo combustível. O Governo hoje é o sócio majoritário de todo Empresário. Há meses em que o empresário não tem lucro, mas o lucro do Governo já foi em forma de impostos. Então é realmente muito complicada e muito mais ampla, como disse o Promotor Ademir, porque nós não vamos resolver isso aqui. Quem legisla sobre impostos, quem tem condição de mudar esse quadro todo é realmente o Governo Federal, senão vejamos, existe uma situação muito peculiar, que são aquelas que a meu ver só acontece no Brasil. O Faradilson cobrou o controle de preços, a indexação. O nosso Promotor lembrou muito bem que a indexação não existe mais. E, graças a Deus, que a indexação não existe mais. Só que o Brasil ao invés de transformar o mercado de combustíveis, o mercado de petróleo em um mercado de economia aberta, de livre concorrência, como era de se esperar, manteve na Constituição Federal o monopólio da exploração do petróleo com a PETROBRAS, ou seja, a PETROBRAS é uma empresa privada. Ela tem o direito de ter monopólio do petróleo em nosso país, e não se submete à concorrência. Então, ela atua no mercado privado praticando o preço que quer. Ela está no mercado de economia livre, mas praticando o preço que quer. Então é uma situação extremamente complicada. Eu tinha até anotado, pra comentar, como sugestão dos pontos que o Doutor Ademir mencionou. **Hoje o que é viável sugerir ao Governo Federal que se pratique a Redução do teor de álcool na composição da gasolina quando o preço do álcool subir; e a questão do estoque regulador.** Eu não entendi por que o Governo Federal não tomou nenhum dessas duas providências. Certamente, teriam contribuído para a redução do preço, como Agência Reguladora. Agência Controladora de preços, que é o que o Governo precisa fazer, e já usou em outros anos, mas esse ano não uso, muito bem lembrado. A questão do subsídio, também colocada pelo Faradilson, hoje a Lei de Responsabilidade Fiscal não permite mais subsídios porque é renúncia, renúncia de arrecadação, e isso não pode mais ser feito, infelizmente. E a questão do ICMS também é complicado porque hoje o ICMS de combustível é estabelecido em convênio do CONFAZ, e esse negócio do CONFAZ é a maior confusão do mundo também, tudo tem que ser aprovado na unanimidade, e é a maior dor de cabeça do mundo. A verdade, segundo um comentário com o Promotor, e só pra gente entender um pouco da atual situação do consumidor paga um preço absurdo, também a situação que vive o empresário. Aqui nesse (...) Eu descí pra ver, porque eu não sabia (...) O Abel (...) Eu vou dar um pen driver depois pra ele de presente, pra ele trazer a apresentação em PowerPoint depois, e não mais em banner, que isso é uma coisa já antiga. Está ali o preço que hoje o empresário compra é de R\$ 2,74, eu vou colocar o preço de R\$ 2,70 só para efeito de cálculo, e vamos presumir: o empresário compra um litro de gasolina a R\$ 2,70, e vende a R\$ 3,00, então ele tem uma margem de R\$ 0,30, se ele chegar a essa margem, porque eu sei que muito empresário não chega. Se ele vender 100 mil litros por mês, descontado o preço do produto dele e o ICMS que ele pagou e outros, ele vai ter uma sobra de R\$ 30 mil reais. Com esse R\$ 30 mil reais ele precisa pagar a folha dele, pois um empresário que vende 100 mil litros de gasolina não tem menos do que 20 funcionários. Então uma folha para o empresário não sai por menos que R\$ 15, 16, 17 mil reais, com encargo trabalhista, e com tudo aquilo que tem que se pagar. Ele tem que pagar energia, que para um posto de combustível não deve sair por menos que R\$ 3,4 mil

reais. Tem que pagar imposto de renda, telefone, água, taxas ambientais, cartão de crédito que já come de 3 a 5% do valor da arrecadação. Ou seja, o dono de posto de combustível que hoje não vende 150 mil litros está tendo prejuízo dentro do seu negócio. Essa é a verdade. E para o cara vender 150 mil litros de combustível, ele precisa abastecer um carro a cada dois minutos, porque ele precisa fazer 7.500 abastecimentos por mês. Ou seja, um minuto de bomba vazia prejudica, ou seja, hoje o consumidor paga um preço que não consegue pagar pelo combustível que é um preço exorbitante, e o dono do posto de combustível está em uma situação trabalhando com a margem extremamente apertada. Então, é um problema sério, a gente precisa levar adiante este debate. Eu, como disse muito bem aqui o Promotor, eu dei uma entrevista, e reforço essa posição. Hoje, quem mora em Roraima paga para morar aqui, como a gente importa praticamente tudo que se consome, tudo vem por frete aéreo ou rodoviário, em cima desse frete incide ICMS, não deveria, porque a gente está pagando por morar distante dos centros que produzem. Então, é preciso buscar alternativas para continuar discutindo isso, criar uma situação melhor pra todo mundo, melhor para a sociedade, melhor para o consumidor, melhor para o empresário. O empresário quer vender mais barato, duvido que empresário quer subir o preço, o empresário quer subir a margem dele, ele não quer subir preço. Eu tenho certeza, o que o empresário quer é trabalhar com um preço menor e com uma margem melhor, pois ele vai vender mais e ganhar dinheiro, gerar emprego e outras coisas mais. Então, precisamos continuar com a parceria com o Ministério Público, as Associações, os Empresários. Todos precisam estar juntos: a Assembleia, o Governo, para chegar a um consenso, e buscar parceiro fora de Roraima. Eu até comentei com o Deputado Coronel Chagas, nosso Vice-Presidente da Casa, que participará do Congresso da UNALE, União Nacional dos Legislativos, para onde precisamos levar essa bandeira, por que só o legislativo de Roraima não vai conseguir fazer nada. A gente precisa fazer um movimento no Brasil inteiro para resolver a situação. Não adianta ficar gritando aqui, mas chamar o resto do Brasil para resolver essa questão do preço do combustível, é um problema do país todo. E só será possível mudar no dia em que o combustível deixar de ser visto como um produto em si, for visto como insumo. A estratégia industrial, política, tributária do Brasil pro combustível deveria ser olhando como insumo, um insumo necessário, ele não pode ser tributado, taxado como produto em si, um produto acabado. Ele não é um produto acabado, ele é um insumo para utilização de outros produtos, de outros bens, de outras coisas. Então, é só quando a gente tem a visão, de que combustível não é um produto em si, com uma garrafa de gasolina você não faz nada. O que você faz com um litro de gasolina? Nada. Só se você utilizá-lo ele em alguma coisa. Então, enquanto o Brasil não enxergar o combustível como um insumo, que é necessário para o funcionamento de outras coisas, e a gente continuar pagando o que se paga de impostos para o combustível, a gente vai continuar pagando esse preço absurdo, que prejudica o consumidor e que prejudica também o empresário com essas margens. Então, estaremos atentos, contribuindo com todos que são interessados nesta causa para chegar a uma solução. Eu não sei qual vai ser a solução, nem quando vai aparecer, mas a gente tem que continuar tratando do assunto, obrigado.

O Senhor Presidente, Deputado Soldado Sampaio – Passo a palavra neste momento ao Deputado Coronel Chagas.

O Senhor Deputado Coronel Chagas, Membro da Comissão de Defesa do Consumidor – Mais uma vez boa-tarde a todos. Cumprimento o Presidente da Comissão, Deputado Soldado Sampaio, todos os empresários presentes, através do nosso amigo Cléo, os Presidentes das Associações de Bairro, através do seu Presidente maior, Faradilson. Doutor Ademir Teles, Promotor, Deputados Rodrigo, Jean Frank, enfim a todos. Eu vejo que os argumentos cederam. Falaram bastante, elencando as causas desse aumento que tanto preocupa o cidadão, e fica bastante claro o que tem provocado essa elevação. Feito esse diagnóstico, somos levados a buscar caminhos para uma solução, uma possibilidade de, em um futuro próximo, evitar que continue aumentando o custo de vida para todos nós. Verifica-se que certos aspectos fogem da nossa capacidade de resolução, como é o caso do estoque regulador, que não se entende por quê? Tem a questão da produção do álcool também, que também contribui para o problema no Brasil. Quando se fala em produzir, constata-se tantas entidades envolvidas, principalmente, na questão ambiental. Eu vejo Deputado Sampaio, que há algum tempo iniciou-se uma matriz aqui no Estado para a produção de cana-de-açúcar para instalar uma usina de álcool combustível, e não faltaram pessoas para usar os meios necessário para se colocar contra a

iniciativa que iria agredir o meio ambiente em nosso Estado. Olha só, Estado tão grande, com tanta coisa para ser explorada. Eu sou natural de Porto Xavier, no Rio Grande do Sul, uma pequena localidade com uma usina de álcool combustível há mais de trinta anos. O álcool, evidentemente, o combustível lá sai mais barato para quem mora próximo aquela cidade. Então são coisas que a gente, às vezes, vê que poderiam acontecer, mas por questões diversas, como eu falei, pessoas que acham que a gente não pode fazer, acaba atrapalhando. Aí vem a questão do bioma Amazônia, que não pode produzir cana, mas a gente sabe que o bioma Roraima é diferente do bioma Amazonas. **E eu acho que deveria trabalhar toda a classe política e empresarial unidas, no sentido de reverter alguns pontos e trazeremos a produção da cana de açúcar para instalarmos a usina de álcool combustível aqui no Estado, esse seria um ponto que facilitaria a redução do combustível local. E nós temos também a questão do ICMS, como o Rodrigo falou, e também falou o Promotor. Não só do ICMS do combustível, mas do frete. Eu acho que nós podemos trabalhar isso aí. A questão do CONFAZ, me desculpe, mas eu acho que o Estado pode trabalhar isso aí. Nós já tivemos o ICMS a 17%, não digo que a gente vai reduzir a tanto, mas qualquer redução é bem-vinda. E a Comissão de Defesa do Consumidor pode discutir isso com a equipe técnica do Governador. Não só podemos, como devemos fazer isso aí. Eu vejo que há cerca de 8 anos o ICMS foi reduzido, mas se verificou o contrário do que falam da redução do imposto recolhido pelo Estado. Houve um aumento, porque houve um aumento no consumo quando houve uma diminuição do preço. Existem dados que comprovam isso. Hoje nós estivemos conversando, inclusive, com o Líder do Governo, Deputado Joaquim Ruiz, juntamente com o Deputado Flamarion Portela, rapidamente sobre comentando questões relativas a isso, cerca de 8 ou 10 anos. Então, seria um dos pontos Senhor Presidente, discutirmos isso junto com a equipe técnica do Estado. Até que ponto pode se fazer isso, sem que haja uma perda de receita. A questão do frete, o ICMS sobre o frete. E um outro ponto interessante, que a Assembleia pode fazer é a questão da fiscalização para que não haja cartel. Eu sei que temos empresários sérios, empresários comprometidos com o desenvolvimento do Estado de Roraima, mas eventualmente existem questões que precisam de fiscalização. E, nesse sentido é que a Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia se propõe a está a *pari passu* com a sociedade, como está fazendo hoje nesta Audiência, acompanhando os preços praticados pelos empresários do ramo. E eu proponho, Senhor Presidente, que nós façamos esse acompanhamento mensalente, vai ser bom para todos. Vai ser bom para o cidadão que vai ter um órgão fiscalizando, bom também para os empresários do ramo, que vão ficar sempre bem esclarecidos sobre o que, efetivamente, estiver acontecendo e vai favorecer a livre concorrência. A partir do momento – conforme eu proponho – a Assembleia, através da Comissão de Defesa do Consumidor, fará uma pesquisa mensal dos preços praticados pelos postos de combustíveis em Roraima, e dará publicidade a isso, através do seu site, através dos jornais, das redes sociais, que certamente vai haver a livre concorrência aqui no Estado. Então, é essa a minha contribuição, na questão do incentivo, questão da produção da cana-de-açúcar, que a gente trabalhe a classe política e empresarial para implantarmos essa matriz. Quem vai daqui para o Bonfim vai ver centenas, para não dizer milhares de hectares com a plantação de cana-de-açúcar, serão só para mudas. E se nós conseguirmos autorização para que se implante a usina de álcool combustível aqui no Estado, trabalharmos a questão do ICMS, tanto do frete, quanto do combustível propriamente dito, e a questão da fiscalização, a pesquisa de preço mensal, e a Assembleia estará, através de seu site, divulgando, também enviando para os meios de comunicação os preços praticados, posto por posto. Isso será um benefício para todos, e aí evidentemente que o cidadão vai olhar e perceber que o preço em determinado posto está melhor. É a livre concorrência, que é bom para todos. São as sugestões que eu trago, me colocando sempre à disposição de todos. E, que se assim agirmos, quem vai estar ganhando é o Estado, é o cidadão, são medidas que facilitam o crescimento de nosso Estado. Obrigado a todos.**

O Senhor Presidente, Deputado Soldado Sampaio – Deputado atuante que está sempre acompanhando de perto essa

problemática, manifestou, agora, pela manhã, durante a sessão, a sua preocupação como esse aumento do combustível em nosso Estado. Está feito o registro da presença do Deputado Flamarion. Passo a palavra ao Deputado Jean Frank.

O Senhor Deputado Jean Frank – Obrigado, Presidente. Quero parabenizá-lo novamente, por estar preocupado com os assuntos que envolvem realmente a população do Estado de Roraima. Quero também cumprimentar o Deputado Chagas, o Deputado Rodrigo Jucá, Empresários, Sociedade, amigos que compõem a Mesa e, em especial, o nosso Promotor, Ademir, que na verdade deu uma aula de conhecimento. A visão que o consumidor vai, depois desta reunião, em relação ao empresário vai ser outra. E, que antes julgávamos, realmente, o empresário, o dono de posto. Esquecíamos até, que muitos deles estão, hoje, gerando vários empregos. Eu acredito que o Abel deva gerar hoje em torno de cem empregos diretos, fora os indiretos, como caminhoneiros que transportam o combustível. Presentes aqui, também, o Cléo, o Júnior, o Augustinho do Posto Caracas. E muitas vezes a gente esquece isso, nós achamos que o aumento da gasolina, às vezes, é um problema do Estado, como foi dito até pelo colega Faradilson, preocupado com a questão do nosso Estado. Mas, realmente é um problema que vem lá de cima. Nós temos que ser mais práticos nessa situação, acredito que, às vezes, é mais um problema da PETROBRAS, mas será, porque a PETROBRAS é patrocinadora da copa, tem que aumentar o combustível para poder concluir os estádios no Brasil todo, será que é isso? Mas, aí, quem sofre é o consumidor. Ou será que é porque o Lula ganhou a eleição, a Dilma assumiu e decidiu aumentar o valor do combustível? Mas, o Estado de Roraima, em uma Comissão, presidida pelo Soldado Sampaio, no seu primeiro mandato, levanta esse assunto, que, na verdade, deveria estar sendo discutido lá no Senado Federal ou então lá na Câmara Federal. O problema, na verdade, Faradilson, é impossível ao Estado subsidiar o álcool, o ICMS. Em nenhum Estado brasileiro isso acontece ou vai acontecer. Mas os Políticos podem fazer alguma coisa sim, como foi dito pelo Coronel Chagas, em relação à redução de ICMS, em relação as duas empresas que estiveram aqui para plantar cana, mas o Meio Ambiente não autorizou. De quem é a culpa? É das empresas? Eu acho que está faltando interesse político, se estivéssemos hoje produzindo cana e trabalhando com usina, nós estaríamos matando dois coelhos em uma tacada só. Estaríamos gerando emprego e estaríamos baixando o preço do nosso combustível. **Não faço parte da Comissão, mas vim ver o trabalho de Vossa Excelência, quero parabenizá-lo novamente, e dizer que leve isso a diante, Presidente, faça uma indicação para os grandes políticos, como o nosso Senador Romero Jucá, Líder do Governo, um Senador atuante, brilhante, vem trabalhando pelo Estado de Roraima. Também a Senadora Ângela, o Deputado Luciano Castro, Senador Mozarildo que faz parte da base da Dilma, para que haja uma reunião entre a PETROBRAS, os Governos e os Sindicatos, unidos no mesmo objetivo, os Estados brasileiros venham trabalhar com a produção de cana, com incentivo da cana para o álcool, visando a redução no preço do combustível. São pequenas coisas que a gente tem que buscar. Às vezes, não se acredita, mas em uma pequena reunião como essa, que está acontecendo aqui na Região Norte, em um Estado com 350 mil habitantes, pode ser o início para mudar, reverter a questão do combustível em relação ao nosso Estado, e em relação ao nosso país. Mas, enfim, parabênize o Promotor pelas colocações, pela aula. A verdade, é que culpavam muito o dono de posto de gasolina. Em 2002, eu tinha um posto de gasolina, e na época do aumento do combustível era um problema, pois diminuí a venda, aumenta o lucro, diminuí a venda, mas também aumenta o contrabando do combustível da Venezuela. Essa prática, não tem como impedir. Então, é ruim para o dono de posto que está gerando emprego, onde um funcionário, hoje, com o salário mínimo de R\$ 540, mas custa para qualquer empresário 100% acima do valor do salário mínimo. Então é um custo altíssimo, cabe a nós rever essa situação, Coronel Chagas, junto com o Governo do Estado. Poderíamos também, através de indicação, verificar-se há condição de reduzir o ICMS em relação ao combustível, para levar ao consumidor um preço mais justo. Estas são as minhas colocações. Muito obrigado.**

O Senhor Presidente, Deputado Soldado Sampaio – Obrigado, Deputado Jean pela contribuição. Passo a palavra ao Vice-Presidente da Comissão, Deputado Chagas. Quero fazer uso da palavra, serei breve. Sou o próximo escrito aqui. A nossa contribuição enquanto Parlamentar é ouvir a sociedade, ouvir a comunidade como um todo,

e aí temos sentido nos quatro cantos, por parte do empresário, por parte da sociedade civil, a reclamação é a mesma. O aumento do combustível representa o aumento do custo de vida em Roraima. Custo de vida já não é barato, se compararmos aí, devido à distância, devido aos meios de transportes, neste aspecto, hoje mesmo tive uma discussão referente ao suporte aéreo. Temos apenas duas empresas que fazem linha para Boa Vista, e isso encarece o custo Roraima também. Há reclamação dos donos de táxi lotação sobre a necessidade de aumentar o valor da passagem. Com certeza o empresário, dono do ônibus coletivo, está pensando nisso, em virtude do aumento de combustível. E como eu falei, isso custa caro para o nosso povo, para a nossa comunidade. Tudo isso nos causa preocupação. E, aí, é a nossa contribuição. Já foram dados alguns encaminhamentos. A questão do Governo, o ICMS. Já foram 17% no Governo do Flamarion e no Governo do Ottomar. Aí por pressão do Governo do Amazonas, voltou a ser 25%. Tem o ICMS sobre o transporte desse combustível para Roraima. Tudo isso encarece. Então precisamos dar prosseguimento, como propôs o Deputado Jean. É continuidade deste trabalho. E, motivo de preocupação o possível tabelamento de preços nos postos de combustível, e aí ocasionará a quebra na questão da livre concorrência. E eu quero ser bem franco no meu posicionamento. Eu vou pedir a nossa equipe que faça com mais detalhes, e já peço ajuda do sindicato dos postos de combustível, no sentido de concretizar esse levantamento. E, enquanto Parlamentar, já peço o apoio das entidades presentes, constatando essa formação de preço, por parte dos donos de postos de combustível, nós vamos desencadear, e eu vou liderar, Senhor Promotor, neste Estado, uma campanha, como já aconteceu em outros Estados. Quem entrar na internet, verá que está cheio de campanha junto a outros Estado, de alguma forma há pessoas inibindo, orientando o consumidor a deixar posto A ou B em virtude dessa possível formação de cartel. Existem mil formas de fazer isso. Enquanto Associação de Policiais e Bombeiros, nós já fizemos um movimento chamado Polícia Legal, dentro da legalidade, e não paramos, a Polícia Militar recentemente, houve uma conversa com o Ministério Público, houve um ajustamento de conduta, e simplesmente era isso. E, incentivando a sociedade a trabalhar, orientando a sociedade sobre quais postos de combustíveis são mais em conta. Por isso, eu peço ajuda, para não ser injusto, evitar qualquer injustiça ao Sindicato dos Postos de Combustível, que a gente faça esse levantamento. Quero colocar o meu site à disposição do SINDPOSTO, para divulgar o preço do combustível em cada posto, fazendo com que o cliente tenha a oportunidade de buscar outras alternativas. Tem um posto de gasolina na Monoel Felipe, que R\$ 2,90 ou 2,99 o preço do litro do combustível, parece que até fila tem para abastecer. Aqui no centro geralmente o preço é R\$ 3,06 e 3,07. Vamos buscar essas informações junto ao Sindicato, saber o que está sendo oferecido de extra por parte desses postos, por que esse posto oferece a R\$ 2,99 por litro, e outros oferecem a R\$ 3,07. Qual é a margem? Eu quero ser responsável, ser coerente nas decisões. Preciso da ajuda do Sindicato dos Postos para não cometer nenhuma injustiça, como constatar que há esse indício? Quero pedir ajuda da sociedade civil organizada pra gente desencadear um movimento dentro do nosso Estado contra alguns postos que venham a praticar, ou a deixar de praticar o mercado livre no preço do combustível. Essa é a nossa contribuição e, ao mesmo tempo, enquanto Comissão, quero requerer e encaminhar aos nossos Senadores, conforme o Promotor nos orientou, relativo a políticas por parte do Governo Federal nessa questão do marco regulador, questão do estoque que se faz necessário. Vamos buscar junto a base governista do Estado de Roraima, junto com a equipe técnica do SEFAZ, falha nossa não ter convidado alguém da equipe técnica da receita estadual, pra gente discutir a possibilidade de baixar esse ICMS, se possível, até a questão do ICMS sobre o transporte. Queremos pedir apoio dos demais membros da Comissão pra gente dar sequência nesse trabalho. Então era essa a nossa contribuição. Coronel Chagas, CNA condução dos trabalhos, a gente abrisse oportunidade de ao Senhor Patrício, por dois minutos. Queremos ouvir também a Senhora Maria Pereira da Silva, e Jailson, pessoas que assinaram esse requerimento. Após, abriremos espaço aos questionamentos e as considerações finais. Passo a palavra ao Senhor Patrício, Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Centenário para algum questionamento, a algum membro da Mesa. Por três minutos, a palavra está com Vossa Excelência.

Senhor Cleymerson Patrício Brito, Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Centenário – Boa-tarde, Deputado Soldado Sampaio, em nome do qual saúdo toda a Mesa, os representantes dos postos de gasolina e os demais. O que nos chamou atenção nesta

Audiência, é que o Governo Federal tem a maior culpa nessa situação em nosso Estado. O que me chama atenção, fiz algumas anotações mais não vou expor, um minuto é pouco. O seu Jurandir disse que o lucro é pouco, mas eu tenho 17 anos no Estado de Roraima, e se eu estiver errado me ajude, seu Abel. É que nenhum posto de gasolina quebrou em nosso Estado, certo? Então há sim um ganho dentro do Estado de Roraima, há sim um lucro dentro do Estado de Roraima. Se não houvesse, nós iríamos ver alguns postos fechados como se fecham os comércios que vendem arroz, feijão e óleo. Então há, sim, lucro. Outra coisa, nós temos um Senador, dizem ser o mais atuante, é Líder do Governo Federal dentro do nosso Estado, e por que essa plantação de cana não aconteceu? Poderíamos usar a influência desse Senador nesta época, para encaminhar e solucionar a situação dentro de nosso Estado. No Governo do Flamarion nós tivemos a diminuição do ICMS, então o Coronel Chagas colocou que dá para fazer, e eu acredito, Deputado, que sim, basta o Governador querer que aconteça, que eu acho difícil, mas se ele querer pode acontecer, ele chamar a bancada, em número de sete, dos Deputados Federais que ele tem do lado dele, mais um Senador influente também do seu lado, para que possa combater isso aqui, e levar, seu Abel, em nível Nacional, para que haja a diminuição dos preços de combustível. E, dessa forma, acredito, vai ter aumento de emprego, melhor preço de combustível dentro de nosso Estado de Roraima. Mas pra isso acontecer é preciso que isso aqui não fique somente no papel, que essa bancada funcione de verdade, por que nós temos sete Deputados Federais e um Senador que diz ter influência? O Ministério Público, o Doutor Ademir, me deixou um pouco preocupado, é como o Senhor disse, hoje o nosso Estado não tem quem controle isso, e nós temos uma Assembleia. Então é preciso que saia daqui hoje, Deputado Chagas, Deputado Soldado Sampaio, Deputado Flamarion, Deputado Jean, uma solução para esses problemas, e há como fazer, pois temos sete Deputados Federais a maior bancada do Estado do lado do Governo hoje, e um Senador influente. Então, eu acho que sentando com o Governo, dar pra achar uma solução para o preço do combustível no nosso Estado. Muito Obrigado.

O Senhor Presidente, Deputado Soldado Sampaio – Eu passo a palavra, por três minutos, à Senhora Maria Pereira da Silva, Presidente da Associação do Bairro Caibembé.

Senhora Maria Pereira da Silva, Presidente da Associação do Bairro Caibembé – Boa-tarde, Presidente da Mesa, Deputado Sampaio, e demais presentes. O que eu tenho a dizer, como Representante do Bairro Caibembé, chega do Governo Federal e do Governo do Estado que nunca fez nada pelo nosso Estado de Roraima. O povo do Estado de Roraima sofre, por causa do Governo Federal e Governo do Estado. O povo não agüenta mais, aí vem esse absurdo com o aumento da gasolina. Eu reconheço que os donos de postos de gasolina não são os culpados, até porque eles precisam disso, eles tem as pessoas que trabalham com eles, eles precisam pagar os seus empregados, e eles não são culpados, eu reconheço isso. Nós colocamos a culpa no Governo Federal e no Governo do Estado, por isso que a população se manifestou, e nós, como Representantes dos Bairros, estamos aqui para cobrar da Assembleia, de todos os Deputados. Não só da oposição como da situação, que se empenhem todos eles, e que levem esse caso a Brasília, a todos os Senadores e Deputados Federal, qualquer decisão deve partir de lá, não de Roraima, não. Eu acho que aqui já houve um avanço, um avanço que nós fizemos. Mas isso tem que partir de lá. Esperamos, pois, que o preço diminua, porque isso é um absurdo. Enquanto, em Manaus o preço está muito abaixo, em Roraima, que é um bairro de Manaus, está um preço absurdo. Nós não aceitamos isso, e que queremos que o Ministério Público veja essa situação com todos os Representantes locais, juntamente com os donos de postos de gasolina, que eu já coloquei que eles não são culpados, mas que vejam isso, que, junto com o Governado, vejam com atenção essa situação. Muito obrigada

O Senhor Presidente, Deputado Soldado Sampaio – Obrigado, pela contribuição, Dona Maria, representando, nesta Audiência, os moradores do Bairro Caibembé. Peço à nossa Assessoria recolher algumas perguntas feitas por escrito aos participantes. Neste momento passo a palavra, por três minutos, ao Senhor Jailson Mesquita, Presidente da Associação de Moradores do Bairro Senador Hélio Campos.

Senhor Jailson Mesquita, Presidente da Associação de Moradores do Bairro Senador Hélio Campos – Senhor Presidente Sampaio, em seu nome, cumprimento a Mesa. Senhoras e Senhores, eu fiz algumas anotações com relação à questão do combustível, e a gente sempre vai encontrar o mesmo culpado da história, chama-se Governo Federal. E às vezes a gente tem a preocupação, por fazer parte do movimento social, representar trabalhadores e trabalhadoras

do Estado, de, também, não marginalizar empresário, principalmente os empresários do meu Estado já foram marginalizados demais. Este Estado houve produtores roubados pelo Governo Federal, e não podemos marginalizar o proprietário de posto de gasolina que também gera emprego, sustento para milhares de trabalhadores do Estado de Roraima, mas não podemos, na grande maioria, ficar com uma dúvida do tamanho que se tinha no Estado de Roraima, para que também culpássemos os inocentes e absolvéssemos os culpados, como é o caso do Governo Federal. Ouvi aqui algumas sugestões, inclusive, o Promotor Público colocou a questão de uma Agência Reguladora do Alcool como uma das coisas mais importantes no Brasil. Lamento dizer ao Senhor que isso não acontece porque nós temos um Senador que, felizmente representa o meu querido, mas sofrido Estado de Roraima, chamado Senador Romero Jucá, que seria o primeiro a se levantar contra para qualquer coisa que fosse de interesse do povo brasileiro, ainda mais se o interesse for da PETROBRAS, ele representa a liderança do Governo Federal, ele defende o Governo Federal, mas não o trabalhador, o produtor. Isso está mais do que claro no Estado de Roraima. Lamento dizer isso sem a presença do Deputado Rodrigo Jucá, que é a pessoa mais indicada para transmitir o meu recado ao Senador Jucá. E o que a gente ver aqui, na grande maioria das vezes, é que o Governo Federal, como bem colocou o Coronel Chagas, mais uma vez travou o Estado de Roraima com a questão ambiental. Eu particularmente não sabia que a gente pagava taxa ambiental, os postos de gasolina pagavam taxa ambiental. Quer dizer, eu já tenho um verdadeiro pavor quando se trata da questão ambiental com relação ao Brasil, porque é uma contradição. Se discute que é para manter a Amazônia para que não se tenha questão de degradação, como incentivo para o povo da Amazônia, e ao mesmo tempo se taca uma taxa na gasolina, com relação à questão ambiental. Quer dizer, nós vivemos de contradições, vivemos uma forma de se travar interesses do povo brasileiro. É a mesma questão, o nosso Promotor citou na questão do álcool. Quer dizer, você termina vendo a questão ambiental condicionando o povo brasileiro a não ter crescimento, por quê? Porque para produzir álcool tem que plantar cana, e para plantar cana tem que ter licença ambiental. Isso vai interferir de uma forma ou de outra no preço da gasolina, na vida do trabalhador e aí fica a gente, na maioria das vezes, acusando o empresário, que geram emprego, quando na verdade o nosso vilão é o ambientalismo imoral que se pratica no Brasil, e o Governo Federal que não respeita o povo do meu país. Muito Obrigado.

O Senhor Presidente, Deputado Soldado Sampaio – Questão de ordem, passo a palavra ao Deputado Jean.

O Senhor Deputado Jean Frank – Senhor Presidente, é para que na próxima Reunião o Senhor também solicite, oficialmente a presença do Gerente da Região Norte da PETROBRAS, para ele se manifestar na questão do aumento. Será importante, é que às vezes a gente culpa os donos de postos de combustível, outras vezes culpamos o Estado. E não vejo aqui um representante, nenhuma pessoa, nenhum gerente da PETROBRAS, que seria a pessoa indicada hoje, acho até que estaria sendo sabatinado, não só pelos Parlamentares desta Casa, como também pelos representantes do povo que têm se posicionado muito bem. Obrigado.

O Senhor Presidente, Deputado Soldado Sampaio – Muito obrigado, é válida a sua colocação. Temos uma pergunta do Senhor Vanderir. Em nosso Estado foi regularizada a energia vindo da Venezuela, será que não seria solução regularizar a exportação da gasolina da Venezuela? A pergunta que me foi direcionada, eu pedi ajuda do seu Abel Galinha, que tem muito mais conhecimento e propriedade para nos ajudar a discutir. Sem sombra de dúvidas seria uma solução, mas existe toda uma regulamentação no mercado internacional. Era um desejo nosso de podermos importar gasolina da Venezuela, que é centavos o custo/litro. E sabemos que lá não existe, pelo contrário, o Governo subsidia a gasolina para chegar ao consumidor. Então, seria um sonho para nós, com toda certeza. Eu peço ajuda neste momento ao Senhor Abel Galinha, para nos esclarecer os entraves, se é possível criarmos mecanismos de trazer a gasolina da Venezuela para o Estado de Roraima.

O Senhor Abel Mesquita, Presidente do SINDPOSTO – Essa regulamentação já ocorreu há alguns anos. Qualquer distribuidora cadastrada junto à ANP pode importar gasolina ou produto refinado sem problema nenhum. Só que esse sonho do preço da gasolina na Venezuela, nós não vamos ver em canto nenhum, porque, quando a Venezuela vai exportar gasolina para os demais países, ela coloca impostos de exportações. E, quando esses outros países vão receber esse produto colocam impostos de importação. Então, fica inviável fazer isso. Isso já foi feito há alguns anos, quando algumas distribuidoras

utilizavam esse artifício para sonegar imposto. Se ela for refinada no Brasil fica bem mais barato, é tanto que a PDVEZA tem uma refinaria no Brasil, e explora o comércio varejista de petróleo no Pará. Tem alguns postos da PDVEZA nos demais Estados do centro-oeste e no nordeste. Então, a população quer vincular o nosso combustível com o combustível da Venezuela, é totalmente desigual. O produto lá é 95% subsidiado pelo Governo Venezuelano para os Venezuelanos. Bem claro, na verdade nós abastecemos nossos carros na Venezuela, nós estamos totalmente infringindo as leis, até por que eles não adicionam o bicomcombustível no combustível deles, aonde é proibido. Aqui no Brasil a gente queima o combustível sem o adicionamento do álcool-anidro na gasolina.

O Senhor Ademir Teles, Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor e Cidadania – Deputado, o Senhor me permite só complementar? Nós temos que também pensar que o monopólio é da PETROBRAS aqui no Brasil. Essa importação ele que pode ser feita. O Governo Federal usa dois impostos, dois tributos para regulamentação do mercado interno. Esses tributos visam uma regulamentação interna de mercado, que é o imposto de exportação e o imposto de importação. Então, quando o Governo não quer que determinado produto entre, o que ele faz? Ele sobretaxa o imposto de importação, fica inviável você comprar lá fora e internalizar o produto aqui dentro porque vai ficar mais caro do que o produto internalizado, com isso ele mantém o monopólio da PETROBRAS dentro do Brasil dessa forma. A PETROBRAS, lembramos, ela tem capital nacional, mas hoje ela tem mais capital privado, ela não é uma empresa 100% pública, não. Ela é uma empresa de capital misto, onde você tem o capital privado. Então a PETROBRAS é detentora disso, e como é que eu faço? Eu crio uma lei, como a gente diz no direito, eu passo açúcar nos lábios da pessoa e digo: você quer importar? Pode importar, está livre, nosso país é livre, importa. Beleza, eu posso importar, e o que eu, o Governo, faço? O imposto de importação é de 200%, mas pode importar, está livre para importar. Inviabiliza economicamente e ninguém importa a gasolina, está certo? Então, e até conversava com o Deputado Rodrigo, será que, aproveitando o que o Senhor falou, nós que tanto defendemos a questão amazônica, falamos tanto da questão amazônica, será que o Governo Federal não poderia dar um tratamento diferenciado na importação da gasolina da Venezuela para os Estados da Amazônia, principalmente os Estados que estão pós-rio Amazonas? Será que seria impossível se discutir politicamente uma importação, o preço lá de dentro da Venezuela a gente sabe que é utópico, porque o Governo subsidia para manter-se politicamente no cargo, mas será que não poderíamos importar uma gasolina mais barata do que trazê-la do Rio de Janeiro, do Sul do país? Será que não era possível haver um interesse de uma discussão política no âmbito federal nesse aspecto? Será que o Acre, o Amazonas e Roraima não mereceriam um tratamento diferenciado pela nossa questão geográfica, de fronteira, de defesa de fronteira? Pois é, aí nós pagamos o preço, é o que eu digo, é esquecimento de discussões que poderiam trazer desenvolvimento e uma série de benefícios para a região sem necessariamente plantar cana, que traz problemas ambientais, São Paulo enfrenta problema ambiental seriíssimo, pelo menos é discutível, não sei se é bom ou se é ruim, não sou eu que vou dizer isso, mas traz problema ambiental seriíssimo, tanto que São Paulo a partir de 2014 não poderá mais queimar a cana por questões ambientais, a colheita da cana será mecanizada por questões ambientais, é séria a questão. Então nós precisamos ter cuidado com isso, mas nós temos outras alternativas sem necessariamente macular a questão ambiental, basta vontade política para se sentar a nível de Governo Federal, já que isso aí vai depender de importação, e se discutir, a meu ver, na minha santa ignorância.

O Senhor Presidente, Deputado Soldado Sampaio – Neste momento, passaremos às considerações finais e encaminhamentos de sugestões dados pelos participantes na discussão. Agradeço a presença do Senhor Simonete Bonfim, Postos Arnogás, Senhor Fabio; posto Nossa Senhora de Nazaré, Senhor Agostinho; Pedro, do Posto Caracas; o Cleber, do Posto Trevo; Senhor Gilberto do Posto Gil, pela participação, prestigiando, assim, este evento e todo o interesse em acompanhar de perto a discussão no encaminhamento de uma solução na qual todos possam ganhar, tanto a sociedade como classe empresarial. Neste momento a palavra para as considerações finais ao Senhor Faradilson, por um minuto, sugerimos encaminhamento por esta Comissão.

O Senhor Faradilson Reis Mesquita, Presidente da

Federação das Associações de Moradores do Estado de Roraima – Primeiro, acho que a Audiência foi esclarecedora, agradeço à Comissão pelo convite feito à Federação, mas no sentido de fazer um encaminhamento, eu acho que a gente para, justamente, em caráter primordial, nós tivemos no P.A. Nova Amazônia, Deputado Flamarion, discutimos a agricultura, e qual era o grande problema? O grande problema era a falta de um Projeto de Estado para a Agricultura. Durante o encontro de educação se resumiu a falta de uma política estratégica de educação para o Governo de Roraima, tanto do ensino médio como no ensino superior. Nós estamos discutindo aqui a questão do preço do combustível, e eu discordo do Deputado Rodrigo, acho que o Governo Estadual também é um caminho para nós discutirmos a posição da Federação. Foi como no Governo do Ex-Governador Flamarion Portela, nós tínhamos um imposto de 17% e, agora, temos 25%? Por que não? Este é um debate, e eu compactuo com a mesma ideia do Deputado Chagas. **Eu acho que esta Comissão deveria chamar a Equipe Técnica do Governo e abrir a discussão que é possível, avançarmos nesse sentido. E uma outra forma de encaminhamento, que foi comentada aqui, é que pela primeira vez em Roraima nós temos oito Deputados Federais, dos quais sete Deputados são da Base do Governo Lula. Nós temos três Senadores, e são da base hoje da Presidente Dilma. Então, eu acho que nessa questão nós temos que nos aprofundar, chamar a Bancada Federal. É importante chamar a Bancada Federal para essa discussão. Agora, quanto a isenção de impostos do Estado, aqui entre os Deputados, mesmo os de oposição, mas nós temos Deputados de situação, com bom trânsito dentro do Governo, podem convencer o Governo a fazer essa renúncia, sim. Uma outra questão é um estudo econômico, que nós devemos fazer. Conforme matéria publicada na Folha de Boa Vista, no Estado de Roraima nós tínhamos mais de 113 mil carros, todos os donos de postos, e conversei com eles, dizem que: quando há aumento do valor do preço da gasolina, se diminui o consumo, depois que o consumidor vai lá e tal. Isso pode ser motivo de estudo econômico, será que se havendo essa diminuição do preço da gasolina, o consumidor não vai consumir mais a gasolina e aí vai ser uma questão compensatória quanto a isso?** Li um estudo sobre a questão do orçamento familiar na década de 80, é até interessante, naquela década, Deputado Flamarion, a população brasileira gastava 60% do seu orçamento em alimentação, 20% em transporte. Hoje a população brasileira gasta 20% de alimentação, e 40% de transporte. Foi que as pessoas passaram a ter transporte, isso começou aumentar consumo. **Então, se nós fizéssemos, até o próprio Governo pudesse liderar isso, mediante estudo econômico, diminuiria o preço e a lucratividade seria mantida porque a população consumiria muito mais.** Por exemplo, hoje pra eu andar, já vou de caneta na mão, não ando mais deliberadamente, porque o meu orçamento familiar é muito reduzido. Óbvio, se houver isso, eu posso andar mais, circular mais. **Então a título de sugestão, a Federação encaminharia nesse sentido, a Comissão convocaria uma Comissão Técnica do Governo, para elaborar essa proposta, o que for do âmbito do Governo Federal, acho que vocês têm envergadura política, autoridade política para chamar a Base do Congresso Nacional, através dos nossos representantes, para intermediar essa questão.** Portanto, parabeno esta Comissão pela iniciativa, também o Senhor Deputado Sampaio pelo excelente trabalho, uma grata surpresa para a população roraimense. Quero também parabenizar o Deputado, Deputado, em seu primeiro mandato, Coronel Chagas, muito estudioso, quando aborda um tema, se aprofunda. Sabe, às vezes, a gente diverge em determinados pontos, mas pessoalmente tenho por Vossa Excelência muito respeito e muita admiração. Essa Audiência Pública foi um ganho para a população, para o sindicato dos postos, ao Ministério Público, à sociedade como um todo. Muito obrigado.

O Senhor Presidente, Deputado Soldado Sampaio – Obrigado, Senhor Faradilson, pela contribuição. A palavra, neste momento, ao Senhor Jurandir Pereira, Presidente do Sindicato dos Táxi- Lotação e Convencional para suas considerações finais, e algum encaminhamento, caso queira sugerir. Peço à equipe técnica, fazer as devidas anotações para esta Comissão tomar as devidas providências.

O Senhor Jurandir Pereira de Lucena, Presidente da Associação dos Taxistas Convencionais e do Sindicato dos Táxi-Lotação – Quero agradecer a Comissão, Deputado Sampaio pelo convite aos empresários e Presidentes de Bairros, Associações, para esclarecer. Percebe-se, claramente, que os proprietários de postos, o

empresário não é culpado. Todos foram chamados na Procuradoria do Consumidor, que aos Presidentes de Bairro e Associação procurem tirar essa imagem negativa dos empresários, pensando que cada um procurou aumentar a sua gasolina, sem autorização. Neste momento, todos nós estamos sendo apedrejado pela população. Pessoas chegaram até ameaçar, dizer que isso ia voltar atrás, que nós estávamos roubando. Hoje eu acho que a população está bem consciente. Espero, pois, que os Presidentes de Associação de Bairro informem aos demais consumidores dos bairros que o único culpado é o Governo Federal e o Governo Estadual. Eu acho que a Assembleia pode muito bem se reunir com o Governador para conseguir baixar o ICMS que já esteve bem mais barato. Segundo o nosso Procurador, ele teve que igualar em virtude das pessoas maldosas do Amazonas que desviavam as notas fiscais do consumo, e quem pagou o pato fomos nós, aqui. Então eu acho que pode ser baixado esse valor, só depende da Assembleia de se reunir e voltar atrás. É uma maneira de favorecer o consumidor, oferecendo uma gasolina mais barata. Eu lembro que em 96, procurei no Sindicato instalar o posto de gasolina quando nossa margem de lucro era bem maior do que hoje. Cada vez que o preço da gasolina sobe, mais o lucro cai, porque cai o consumo. Então, não sei até que ponto chegará quando subir mais, pois o povo vai utilizar menos o carro e, conseqüentemente o combustível. Se continuar do jeito que está, e, ainda, há ameaça de novo aumento, então, pior vai ficar. Eu agradeço a todos que compareceram, Soldado Sampaio que continue lutando em favor da população do Estado.

O Senhor Presidente, Deputado Soldado Sampaio – Obrigado, Senhor Jurandir. De antemão, quero parabenizá-lo pelo excelente trabalho frente ao Sindicato dos Taxistas Convencionais e do Sindicato do Lotação, segmento que gera milhares de emprego em nossa cidade, muitas famílias são beneficiadas com esses empregos, já faz parte da preferência do transporte coletivo de Roraima; táxi-convencional e táxi-lotação.

O Senhor Jurandir Pereira de Lucena, Presidente da Associação dos Taxistas Convencionais e do Sindicato dos Táxi-Lotação –Deputado, houve na Câmara, semana passada, um pedido de aumento da tarifa de ônibus, que deverá ser publicado em breve. As Empresas de Ônibus pediram o aumento para R\$ 2,25 no dinheiro. Quem pagar no dinheiro pagará R\$2,25, e no cartão R\$2,00. A intenção da empresa é evitar o dinheiro do ônibus por causa dos assaltos, e como hoje nós temos os táxi-lotações que o usuário já está deixando de utilizar devido à dificuldade que está, nós vamos permanecer com o preço que está de R\$2,50, por que 50% da nossa classe abastece ainda no sindicato, com diferença de 10 centavos mais barato, e os outros 50% consomem gasolina da Venezuela, senão teríamos que aumentar para R\$ 3,00 a passagem, que o consumidor não tem condições de pagar.

O Senhor Presidente, Deputado Soldado Sampaio – Obrigado. A sociedade agradece o compromisso firmado aqui, de o sindicato dos táxis lotação não aumentar a passagem. Espero que assim permaneça por mais tempo, e que o sindicato, através do posto de combustível, consiga fazer uma política de fornecimento de combustível para que o preço de R\$ 2,50 o litro permaneça. Passo a Palavra para as considerações finais e encaminhamentos do Senhor Elson Gomes, concedido um minuto, prorrogável por mais um para encaminharmos as questões e encerrar nossa Audiência.

O Senhor Elson Gomes de Souza, Presidente da Associação do Bairro São Bento – Agradeço o Presidente da Federação, faço minhas as palavras dele. Agradeço também a presença do Presidente do Bairro Senador Hélio Campos, Presidente do Bairro Centenário, da Presidenta do Bairro Caimbé, do Presidente dos Postos de Combustível, e agradeço ao Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Soldado Sampaio, ao Deputado Coronel Chagas, o Promotor do Ministério Público, ao nosso amigo Jurandir do Sindicato, e a todos. Considero positiva a realização desta Audiência para esclarecer muitas dúvidas.

O Senhor Presidente, Deputado Soldado Sampaio – Obrigado, Elson, Presidente do Brigadeiro, Conjunto São Bento, como é conhecido também. Parabéns pelo excelente trabalho. O Conjunto Brigadeiro, o sonho que hoje é uma realidade. Temos algumas dificuldades, mas tenho conhecimento da militância dos senhores à frente da entidade, na busca constante para a melhoria do bairro tão necessitado. Tenho conhecimento da dificuldade do Bairro Brigadeiro na questão do transporte. Sofre bastante. Passo a palavra ao Senhor Abel, Presidente do SINDPOSTO para as suas considerações finais, e seus encaminhamentos a esta Comissão.

O Senhor Abel Mesquita, Presidente do SINDPOSTO – Eu

quero agradecer a todos que compareceram a esta Audiência Públicas, o Senhor Presidente desta Comissão, demais autoridades, que nós deu essa oportunidade para esclarecer a população sobre o problema do combustível, e foi ventilado nesta Audiência Pública possível formação de cartel com os proprietários de posto de gasolina. Eu quero esclarecer *a priori*, que também nas distribuidoras o preço do combustível é liberado. É para ficar bem claro que quando a distribuidora obtém esse produto da Petróleo Brasileira da PETROBRAS, ela também revende esse produto livre, e como foi ventilado o problema de formação de cartel aqui, como Presidente do Sindicato, eu não compactuo com essa prática, não aceito isso, é uma prática ilegal. Deixo bem claro, por eu ter uma rede de postos e comprar de várias distribuidoras, vou deixar aqui com o Presidente desta Comissão alguns preços de produtos que eu adquiri com as comparações de preços de cada uma das distribuidoras, de uma para outra, onde existem preços bem parecidos de uma distribuidora para outra. Tanto o Município de Boa Vista com o Estado são pequenos, e não temos essas oportunidades de comprar com várias grandes distribuidoras, nós nos deparamos com problema de todos os preços serem bem parecidos uns com os outros. Eu, inclusive, já questionei junto às distribuidoras o problema dos preços serem tão parecidos umas com as outras. Primeiro, eles não têm intenção nenhuma investir no Estado em base de combustível, na verdade para se fazer uma base, e processar o produto aqui fica é muito caro, e nós não temos galonagem. Galonagem é a quantidade de litros vendidos em cada estabelecimento de combustível. Então, o que acontece? Nós estamos para esclarecer, portanto, o Ministério Público ou qualquer entidade da sociedade que queira nos procurar ou nos acionar para que esclareçamos, não tem problema nenhum, nós estamos à disposição. Eu vou deixar algumas compras que foram feitas no decorrer do ano de 2010 para os demais Deputados já irem se aprofundando no problema, que eles possam já nas próximas Audiências convocar as distribuidoras para participar junto com a gente e debater esse problema, e estamos aqui exatamente para esclarecer esse tipo de coisa. Agradeço a presença de todos, estamos aqui pronto para qualquer esclarecimento. Muito obrigado.

O Senhor Presidente, Deputado Soldado Sampaio – Obrigado, Senhor Abel Galinha, pelas contribuições e esclarecimentos, passo a palavra ao Excelentíssimo Senhor Promotor Ademir Teles, à frente daquela promotoria, agradecemos pelos esclarecimentos. E, de antemão, reitero o convite, enquanto Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, na fiscalização de defesa do consumidor. E aí já estamos emanados, Soldado, Deputado Coronel, embora tenhamos divergência em certos momentos da história, mas neste particular vamos estar atentos e vigilantes. É essencial a parceria com o Ministério Público. Passo a palavra ao Excelentíssimo Promotor para suas considerações finais e encaminhamentos.

O Senhor Ademir Teles, Promotor de Justiça – Muito obrigado, Soldado Sampaio, ao Ministério Público sempre é uma satisfação poder discutir, trazer informações, a realidade, de como as coisas devem ser tratadas. O fato de ministro aula em faculdades de Direitos, desde dois mil e cinco, já passaram por mim centenas ou milhares de alunos, já ministrei aulas de Filosofia do Direito, Processo Penal I, atualmente ministro aula de Teoria Geral do Processo. Quando explicamos para os alunos que as Leis são, ou pelo menos deveriam ser o resultado das forças políticas existentes dentro de um Estado, o Congresso Nacional deve sempre repercutir as vontades dessas forças, todos nos olham com muita desconfiança, porque não se vê pelo menos, em nível de população, o Poder Legislativo dessa forma. Confesso mais uma vez e quero parabenizá-lo, porque, em menos de dois meses, um mês e pouco, estamos aqui atendendo o clamor social, em especial a dois assuntos de suma importância. Espero que a Casa continue de portas abertas para sociedade, cuja voz aqui ecoa. Vou dizer um negócio para os Senhores, a história do mundo mostra: não existe Estado nem Governo que suporta a pressão social. Todos os Estados, historicamente falando, que, por ventura, se contrapuseram ao povo, caíram. Isso estamos assistindo hoje. Em países que tinham ditaduras militares de trinta, quarenta anos aí, países do Oriente Médio, países que tem religião como princípios, países muito fechados. Então, basta observar cidadãos exercerem cidadania, que logo, vamos baterem nesta porta. E, nesta porta do Estado de Roraima é que precisamos bater para discutir todos os assuntos de interesse social deste Estado, todos não só sobre gasolina, também segurança, todos. E, aqui onde precisamos discutir essas questões, aqui é a voz do povo. Todos os Senhores Deputados que representam parcelas da voz popular, e isso me deixa feliz. Primeiro, nós podemos esclarecer para população as verdades que muitas vezes não são colocadas pelo Governo. O Governos

nos engana, diz que é uma coisa, mas na prática é outra, exemplo, o Governo Federal diz que a gasolina não aumentou, colocando empresários sobre o risco de ter seu patrimônio, às vezes, depredado, por conta de uma informação mentirosa, porque realmente a Petrobras lá que extrai não aumentou, mas uma informação não completada dizendo que as distribuidoras, inclusive, a Petrobras distribuidora aumentou. Quando diz a Petrobras não aumentou, o cidadão comum não consegue entender é porque a Petrobras é um conglomerado de empresas distintas, todas com o nome de Petrobras. Então para nós cidadãos, eu cidadão estou assistindo a televisão, vejo, poxa a Petrobras não aumentou, então de quem é a culpa? Assim que vou me sentir como cidadão, eu não pago petróleo para Petrobras, eu pago para o dono de posto de gasolina. Então, o primeiro vilão que vem na minha cabeça é o dono de posto de gasolina, olha o perigo do que o Governo nos faz ou nos induz nas coisas. Segundo, se o petróleo é realmente essencial, é monopolizado lá na ponta pela dona Petrobras, por que é que se abriu esse mercado dessa forma? Porque que não se abre total mercado, deixa a Petrobras disputar mercados de extração de refino, como toda e qualquer empresa que quiser investir neste país. Porque não se faz um discurso real para o povo, é um discurso que molha a boca de mentira, principalmente em época de campanha, repito nós passamos dois mil e dez com aumentos. O Seu Abel entregou para mim notas de mês-a-mês, com pequenas variações que ganham centavos no litro, a pequena variação é a diferença, dois, três centavos para ele é a diferença. Por que não se disse isso? Por que não podia dizer? Porque era proibido falar politicamente, era necessário induzir em erros, eu não estou aqui, por favor, nem posso pela minha função, fazer críticas partidárias, estou fazendo uma crítica social. Então, engana-se o povo, o povo é enganado. O Governo engana o povo. O Congresso Nacional muitas vezes edita Leis que mentem, que coloca o povo, pensar que é uma coisa, mas, na verdade, na prática é outra coisa. Exemplo, a Lei Maria da Penha, publicada em dois mil e seis, foram dizer que agora as mulheres estavam protegidas estão aí as estatísticas mostrando que a criminalidade contra a mulher triplicou, sabe por quê? Porque essa Lei não vale nada, a pessoa cai presa lá na delegacia, e o delegado é obrigado a estabelecer uma fiança, aí estabelece uma fiança e o criminoso volta para casa e dá outra pisa na mulher, que Lei maldita é essa que protege? Segundo, nós não podemos processar o agressor, o Ministério Público não pode processar o criminoso a não ser com a autorização da própria vítima. Trabalhei oito meses na Maria da Penha, em oito meses chegamos a fazer dezenove audiências num dia, dezenove desistências das vítimas, nenhuma processou seu agressor. São leis que não valem nada, são leis que enganam a população, mas ninguém fala isso, ninguém vem falar da maldade que essa Legislação cria para população, a falsa ideia de proteção. Por isso, Deputado, que estão aqui presentes, acredito nisso aqui, nós vimos discutir, vamos colocar às claras, colocadas às claras, mostraremos aí como fazem os postos de gasolinas, como eu fiz com a Legislação, como a população está fazendo com seu desagrado com isso, e vamos ver para onde essa pressão vai. Vou repetir para os Senhores, o Brasil inteiro fez isso, que agora estamos fazendo. Natal parou na semana anterior ao feriadão quinta e sexta numa reunião, em uma Audiência Pública, que não foi na Assembleia, foi na Câmara Municipal, na cidade de Natal, porque o Estado extrai petróleo, tem refino na porta de Casa, o litro da Gasolina é três reais, não me pergunte como, porque também não tem matemático que explica isso. Mas, vejam as incoerências e as verdades que a gente tem que pensar. Eu fico muito preocupado, Senhores, quando vejo o Congresso Nacional, por exemplo, tem um maluco lá no Rio de Janeiro mata não sei quantos, fere não sei quantos, o que o Congresso Nacional Brasileiro quer fazer? Acabar de desarmar a população como se a existência da arma fosse culpada de uma ação de um maluco qualquer, ou seja, é um congresso que vive correndo para apagar fogo, acontece uma desgraça lá, vamos fazer uma Lei aqui, como se a Lei resolvesse, não é isso, não. Vamos ser francos, a questão do petróleo é seria, espero que a sugestão do Deputado Rodrigo Jucá ande, encaminhe para UNALE, converse com seu Deputado Federal, com seu Senador, e leve isso como discussão nacional, repito a grita não é Roraima, Senhores e Senhoras, a grita é no Brasil inteiro. Então, hoje, aquela teoria que eu ensino na faculdade, nessas duas audiências me deixou feliz, porque estou aqui, sou promotor há quase dez anos, eu nunca tinha sido convidado para vir aqui, talvez por eu ser ácido no assunto, eu falo a verdade, talvez por isso, a agente fala o que é. Mas que bom que nós estamos discutindo isso, que bom que estamos trazendo cidadania para cá, que bom para os Senhores Empresários que vieram para mostrar

que não é bem isso, para o cidadão que vem aqui, está vendo que não é bem aquilo, que a realidade é outra, que nós estamos sendo enganados por um Governo Federal, centralizador, pernóstico, para que nós possamos agir, todos, cada um de nós, com justiça da justiça que merecemos no nosso dia-dia. Então agradeço, Deputado Soldado Sampaio, Deputado Coronel Chagas, com quem tive o prazer de trabalhar numa imensa operação realizada aqui em dois mil e oito, dentro do presídio, eu, e o então secretário de justiça e cidadania, desarmamos aquilo lá, infelizmente continuam as fungas, as recomendações, não valeram a pena, mas nós temos que enfrentar sempre, eu trabalhei com o Deputado tivemos, juntos nas horas mais difíceis das nossas vidas, quando nossas famílias e nós passamos a ser ameaçados de morte, mas fizemos o nosso papel, encaramos o nosso compromisso de homens públicos. Estou lá, à população, aos empresários, aos Senhores Deputados, aos Presidentes de Associações, à inteira disposição dos Senhores, na Promotoria de Defesa do Consumidor e da Cidadania, engloba também a cidadania. Colocamos à inteira disposição, já deixei aqui para os Senhores para Comissão analisar os documentos nos quais fiz pesquisa, junto ANP. O meu procedimento tem duzentas e vinte cinco páginas já que, assim terminarmos, o procedimento se for necessário, podemos encaminhar uma cópia integral para a Comissão para a análise por Vossa Excelência, estamos lá à inteira disposição de todos, obrigado pelo convite e sempre que poder ou que precisar estamos aqui, obrigado.

O Senhor Presidente, Deputado Soldado Sampaio – Obrigado, Senhor promotor, é fundamental a sua importância, que mais uma vez reafirma essa parceria entre a Comissão de Defesa do Consumidor com a promotoria de Defesa e Consumidor e Cidadania, em desenvolver alguns trabalhos no sentido de podermos ajudar a sociedade. Passo a palavra ao Deputado Coronel Chagas, vice-presidente da Comissão de Defesa do Consumidor.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Bom, mais uma vez cumprimento a todos, o Deputado Flamarion, apesar de não fazer parte da Comissão, mas é um Deputado interessado na questão, está acompanhando esta Audiência, com certeza é uma demonstração inequívoca do seu compromisso com esse Estado. Agradeço as palavras do Senhor Promotor Ademir Teles realmente foram momentos difíceis nas nossas vidas, nossa famílias sendo ameaçadas, mas conseguimos resolver. E naquela oportunidade, passamos sete meses sem fugas após a deflagração da operação, e isso refletiu direto na diminuição de furtos e roubos na nossa capital principalmente, diminuiu mais de cinquenta por cento o número de fugas. Percebe-se que o infrator dentro do presídio é uma coisa, quando foge, ele vai fazer o quê? Vai praticar delitos. Mas são deficiências do nosso Estado, e não é diferente de outros, isso depende efetivamente de concurso público, de mais recursos para essa área de tão grande importância para cidadão Roraimense. Nesse sentido, o Deputado Soldado Sampaio e também o Deputado Sargento Damosiel e eu, juntamente, com nossos colegas, apesar das diferenças de posições, posicionamento políticos. O nosso partido aqui dentro é o partido do cidadão da sociedade Roraimense, vamos estar sempre debatendo em busca de políticas que visem o interesse coletivo e o bem comum, a segurança pública é umas das maiores demandas do nosso Estado, e continuaremos juntos nisso aí. Mas nós temos aqui relações de consumo, é Defesa do Consumidor, acho que as informações, trazidas até à baila, foram suficientes para esclarecer esse ponto, como muitos falaram aqui, as responsabilidades disso estão principalmente nas formas de como se passou à sociedade brasileira, através do meio de comunicação, em nível nacional, isso mobilizou a sociedade brasileira em todos os Estados, nós temos notícias, sobre a mobilização em muitos pontos, inclusive, aqui em Roraima houve mobilização e passeatas e até pessoas tirando a roupa para chamar atenção da mídia contra essa prática, paralisações, como falou o Deputado, em Rio Grande do Norte e em outros Estados, também se não me engano, em Santa Catarina, situações em que, através das redes sociais, houve uma imobilização muito grande de se direcionar determinado ponto, filas quilométricas, a cada carro que o cidadão abastecia por cinquenta centavos, exigia a nota fiscal. Olha o prejuízo! Cinquenta centavos é o custo da nota fiscal, o prejuízo que proporcionou a esses empresários. No Estado, a gente ouvia reclamações de diversos setores com relações a esse preço praticado, foi causa inclusive para abertura de procedimento preliminar no Ministério Público, para verificar se havia instalação de cartel no nosso Estado. Então, isso tudo fez com que a Comissão de Defesa do Consumidor, repugna-se pela realização desta Audiência. Então, acredito que ficou bastante claro sobre o que motivou realmente esse

preço, não vou citar realmente essas causas. Acredito que nós podemos trabalhar, os pontos que foram citados, durante as discussões, com a equipe técnica do Governo, ver até que ponto pode ser feito isso sem comprometer o orçamento do Estado, também para que não pare nunca dúvida sobre a questão da lisura, do comportamento ético empresarial, dos empresários desse ramo. Nós, através da Comissão de Defesa do Consumidor, estaremos sempre acompanhando e fiscalizando nesse sentido. Isso é uma missão nossa e nós vamos fazer com certeza, assim agindo evitaremos dúvidas quanto à lisura, e a inexistência de cartelização nos preços do combustível. Então, é essa a forma de trabalhar. Parabênico o Deputado Soldado Sampaio pela iniciativa, e agradeço a todos vocês por terem comparecido aqui para esclarecer essas dúvidas, enquanto a nós, à disposição para acolher todas as demandas das classe empresarial. Então, que também se manifestem através das Comissões permanentes que existe aqui na Casa, no sentido de continuar efetivamente, gerando emprego, continuar contribuindo ao crescimento deste Estado. É o procedimento para Roraima vai crescer. Como Deputados, queríamos dar a nossa contribuição também, muito obrigado a todos.

O Senhor Presidente, Deputado Soldado Sampaio – Senhores e Senhoras, agradeço mais uma vez a participação de todos, foi enriquecedora esta Audiência Pública, parabênico a sociedade civil organizada, através das entidades, pela mobilização. Então, cabe a isso mesmo enquanto liderança comunitária e sindical. Sou sindicalista de natureza, acredito muito, independente de partido, de cor, ou de quem está à frente do poder, que o trabalhador tem que se manter organizado, aí, entra também o empresário, de grande importância no fortalecimento do setor empresarial, da organização. Está de parabéns Senhor Abel pela organização do Sindicato, assim também está o Sindicato dos taxistas. Aposto muito na capacidade de mobilização, nisso já tivemos alguns resultados. Aí, quero ser coerente, bem responsável nas nossas atitudes, de encaminhar e requerer algumas informações daquilo que foi encaminhado para cá, como sugestão, esse estudo técnico do Governo. Perdoe-me por não ter convidado alguém da equipe técnica do Governo para contribuir durante a discussão. Mas vamos requerer um estudo nesse sentido, voltado para questão do ICMS, tanto do combustível, como ICMS do transporte desse produto. Vamos requerer também, de antemão, gostaria de Oficializar o SINDPOSTO pedindo uma tabela de preços do combustível. O sindicato tem esse controle, se não tiver, quero me comprometer com minha equipe técnica e pedir ajuda aos promotores, às lideranças, e envolvê-los no estudo, para tirarmos essas conclusões. Então, a partir disso teremos a possibilidade de encaminhar algumas políticas públicas nesse sentido, não enquanto Presidente da Comissão, mas enquanto Deputado Soldado Sampaio. Hoje, a grande mobilização como falou o Promotor Ademir Teles, nas redes sociais, estão aí ditadores com vinte, trinta anos à frente do Governo no mundo Árabe, neste momento sendo tirado do Poder, e o grande articulador foi a internet a rede social. Isso já fizemos em Boa Vista, recentemente nós estávamos discutindo a votação da PEC 300, um PIS salarial para os policiais e bombeiros, estávamos cansados de ir a Brasília tentar falar com os Deputado Federais, pois no nosso Estado não conseguimos. Mas temos a Globo com divulgação de grande alcance; um site na internet, onde colocamos fotos com o nome de cada Deputados e perguntamos: Vocês são a favor ou contra a PEC 300? Aí começamos a mandar e-mail, aqueles, se manifestaram rapidamente, mas teve um Deputado que custou se manifestar se era contra ou a favor. Para forçar a decisão, um policial nosso foi no bairro dele, dizendo: eu quero fazer uma mobilização, em cima da indecisão do político. Isso funciona através da pressão popular, e esse colega nosso foi no bairro dele e pegou vinte títulos de eleitores, familiares deles, pegou as seções eleitorais e encaminhou ao Deputado X; Você teve esses votos há muitos anos, se o Senhor não se manifestar contra ou a favor da PEC 300, faço questão de retirar esses votos resultado disso, em questão de minutos estava lá o e-mail do Deputado. Então, hoje, é uma grande ferramenta, e queremos ser bem responsável, bem coerentes com os empresários, é preocupante a situação dos empresários aqui em Roraima, devido à alta carga tributária em todos sentidos. O Deputado Brito amigo do Junior que tem batido constantemente em relação ao Governo criar mecanismo para que o empresário possa gerar renda, emprego em nosso Estado. Não só os Senhores, como vários segmentos da área empresarial, principalmente, os comerciantes, cujos comércios estão fechando. A Audiência Pública, na área da Segurança Pública, foi provocada por mim e pelo Deputado Brito Bezerra, que encaminhou pedido por solicitação da classe

empresarial, frente às grandes quantidades de assaltos ocorridos na nossa Cidade, quando o empresário também é a grande vítima de processo. Agradeço ao seu Jailson Mesquita pela participação, Patrícia, Dona Maria, Deputado Flamarion, também a Senhora Célia envolvida em grande movimento, na economia solidária do nosso Estado e na formação de geração de empregos. Agradeço o Senhor Jurandir Perreira de Lucena, o seu Faradilson Reis Mesquita, seu Elso Gomes de Souza, seu Abel Galinha, promotor Ademir Teles e o Deputado Coronel Chagas

pela contribuição, e coloco a Comissão à inteira disposição dos senhores para firmar parceria com o Ministério Público. Juntaremos todas as sugestões e junto às Comissões, e as encaminharemos às devidas posições. Declaro encerrada a presente Audiência, agradecendo às equipes técnicas e aos servidores deste Poder.

Soldado Sampaio
 Presidente da Comissão.
 Aprovada em: 14/06/11

ALE-RR SOLIDÁRIA

SOS

RORAIMA

Ser solidário é ser cidadão



Uma campanha da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima - A FORÇA DO POVO.

Ajude aos
desabrigados
de Roraima.

DOE

**ALIMENTOS,
 ROUPAS,
 CALÇADOS
 E ÁGUA.**

(95) 4009 5578

Postos de coleta:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA | CHAME | ESCOLEGIS